

# PUBLICIDADE LEGAL

**TRAMONTINA GARIBALDI S. A., IND. METAL.**

CNPJ. Nº 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658 – Garibaldi – RS.  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO**

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 23 de abril de 2025, às 10h00min (dez horas), na sede social da Companhia localizada na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, CEP 95720-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. Destinar o resultado do exercício social de 2024; 3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; e 4) Eleger os membros do Conselho de Administração. Garibaldi, RS, em 09 de abril de 2025.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

## ANUNCIE NO JC

O ALCANCE QUALIFICADO QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342  
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



# PUBLICIDADE LEGAL

**MOINHOS GALÓPOLIS S.A.**  
 CNPJ/MF 88.614.557/0001-63 - NIRE (JudisRS) 43 3 0001265 4. Sede: Rodovia BR 116, nº 878, Bairro Galópolis - CEP 95090-050 - Caxias do Sul (RS)  
**CONVOCAÇÃO** - Convidamos os senhores acionistas para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia vinte e três (23) de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), na sede social, às quatorze (14) horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: I - apreciar, discutir e votar as matérias relativas ao art. 132 da Lei 6404/76, como sendo: a) aprovar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em **31.12.2024**; b) destinar o resultado do exercício; e c) confirmar a gestão dos membros da Diretoria e remunerá-los; e II - outros assuntos de interesse social. Caxias do Sul (RS), 25 de março de 2025. (ass) *Cláudio Luiz Furlan - Diretor Presidente.*

## Jornal do Comércio

CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS E INFORMAÇÕES DE QUALIDADE

**DIRETO NO SEU WHATSAPP**

Escaneie o **QRCode** e acesse o canal do **JC**



# PUBLICIDADE LEGAL

**TRAMONTINA FARROUPILHA S. A., IND. METAL.**  
 CNPJ 87.834.883/0001-13 – NIRE 43300011607 – Farroupilha – RS  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO**  
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 24 de abril de 2025, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Rodovia ERS 122, Km 61, Distrito Industrial, Farroupilha, RS, CEP 95178-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**  
**I-EM AGO:** 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024; 2. Destinar o resultado do exercício social de 2024; 3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; 4. Eleger os membros do Conselho de Administração; e 5. Eleger os membros do Conselho Fiscal. **II-EM AGE:** 1. Atualização do objeto social da Companhia, incluindo novas atividades; e 2. Correspondente alteração estatutária. Farroupilha, 09 de abril de 2025. **Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.**

**Jornal do Comércio 91**  
 O jornal de economia e negócios do RS **ANOS**

MANTENHA O FOCO NA INFORMAÇÃO E  
**DECIDA COM CONFIANÇA.**



Telefone: (51) 3213.1300  
 WhatsApp: (51) 3213.1397  
 E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br



# PUBLICIDADE LEGAL

**TRAMONTINA ELETRIK S. A.**  
 CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225 – Carlos Barbosa – RS.  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO**  
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24 de abril de 2025, às 14h00min (quatorze horas), na sede social da Companhia localizada na Rodovia BR-470/RS, Km 230, s/n, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. Destinar o resultado do exercício social de 2024; 3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; 4. Eleger os membros do Conselho de Administração; 5. Eleger os membros do Conselho Fiscal. Carlos Barbosa, RS, em 09 de abril de 2025. – **Eduardo Scmazzon – Presidente do Conselho de Administração**

**Jornal do Comércio 91**  
 O jornal de economia e negócios do RS **ANOS**

## Informação confiável na palma da sua mão

Escaneie o QR Code e siga  
 o canal do JC no WhatsApp para  
**receber as principais notícias**



Escaneie o QR Code e  
 faça parte do Canal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

**Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A**  
CGCMF nº 03.146.349/0001-24  
**CONVOCAÇÃO**

Convocamos os Senhores Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e em Assembleia Geral Extraordinária, que serão realizadas no dia 30 de abril de 2025, às 10 horas, na Rua Furriel Luiz Antônio Vargas, 250 – Conjunto 1304, Porto Alegre, RS, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I. Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciação das Demonstrações Financeiras e Relatórios de Administração da Companhia, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2024; (ii) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. **II. Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Fixação do montante de recursos destinados à remuneração dos administradores; (ii) Recondução/eleição de membros do CA;

Porto Alegre, 11 de abril de 2025.

**Guido Rogério Macedo Silveira Filho**  
Presidente do Conselho de Administração

## Jornal do Comércio

# PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.



LEIA O QR CODE

**ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.**

**WHATSAPP: (51) 3213-1342**

**E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR**



# PUBLICIDADE LEGAL

**Paludo Participações S.A.** CNPJ/MF 93.169.340/0001-21 - NIRE 43 3 0003125 0. **Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação.** Convocamos os acionistas da **Paludo Participações S.A.** para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (a "AGO"), que se realizará às 14 horas do dia 30 de abril de 2025, sob a forma exclusivamente digital e remota, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei 6.404/1976 e do disposto na Instrução Normativa DREI nº 81/2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia, a saber: a) discutir, examinar e votar as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e c) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, fixar o prazo de gestão e a verba anual de remuneração. **Informações Gerais:** 1. **Documentos à disposição dos acionistas.** Os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados na AGO encontram-se disponíveis aos acionistas (i) na sede social da Companhia, (ii) bem como nas versões digital e impressa do Jornal do Comércio, conforme a edição do dia 31 de março de 2025, nas páginas 11-14 da versão digital e na página 3 da versão impressa. 2. **Participação dos acionistas na AGO.** Os acionistas, por meio de seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, participarão e votarão virtualmente na AGO, com a câmera do seu dispositivo eletrônico ativada e acionada durante todo o curso da AGO. Para participarem virtualmente da AGO por meio da Plataforma Digital, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico [camilla.oliveira@vival.com.br](mailto:camilla.oliveira@vival.com.br), até às 14 horas do dia 25 de abril de 2025. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação e e-mail para contato do acionista e de seu representante legal ou, se for o caso, de seu procurador constituído que comparecerá à AGO, incluindo os documentos necessários para a sua participação, conforme discriminados no item 3 abaixo. Visando à segurança da AGO, o acesso à Plataforma Digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem no prazo previsto (isto é, até às 14 horas do dia 25 de abril de 2025). Dessa forma, caso os acionistas não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais acionistas remotamente na AGO. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, será enviado para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGO com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 14 horas do dia 29 de abril de 2025), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail [camilla.oliveira@vival.com.br](mailto:camilla.oliveira@vival.com.br) ou telefone (51) 32053555, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. 3. **Documentação necessária à participação do acionista.** Solicita-se aos acionistas que seus representantes legais compareçam à AGO munidos da documentação societária comprobatória dos poderes de representação e, para aqueles que desejam ser representados por seus respectivos procuradores que observem o disposto no §1º do art. 126 da Lei 6.404/76. Caso o acionista seja representado por seus representantes legais, apresentar: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e registrado perante a Junta Comercial; (ii) ato que comprove a eleição e os poderes do representante legal; (iii) documento de identidade com foto do representante legal (RG, CPF, Passaporte). Caso o acionista seja representado por procurador, apresentar instrumento de mandato cujo procurador tenha sido constituído há menos de um ano, devendo ser um acionista, administrador da Companhia ou advogado. 4. **Informações adicionais.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio da Plataforma Digital. Recomenda-se que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio). Em caso de qualquer dúvida com relação aos procedimentos da AGO, entrar em contato por meio do endereço eletrônico [camilla.oliveira@vival.com.br](mailto:camilla.oliveira@vival.com.br). Porto Alegre, RS, 15 de abril de 2025. **Arlindo Paludo** - Presidente do Conselho de Administração.

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,  
NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se  
à informação com apenas um clique!



**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS

# PUBLICIDADE LEGAL

**TERMOLAR S/A**  
 CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 43 3 0000294 2  
**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
**Convocação.** Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar em **28 de abril de 2025**, às **14:00** horas, na sede social, à Rua Tamandará, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:** 1 - Leitura, discussão e aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2 - Destinação do resultado do exercício; 3 - Eleição dos membros da Administração; 4 - Fixação da remuneração dos administradores; 5 - Deliberar sobre a inclusão, no objeto da companhia, a atividade de comércio varejista de eletrodomésticos e comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; 6 - Alterar o artigo 3º do Estatuto Social da Sociedade, se for o caso; 7 - Assuntos gerais.  
 Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025  
 Natalie Ardrizzo - Diretora

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,  
 NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se  
 à informação com apenas um clique!



**Jornal do Comércio**  
 O jornal de economia e negócios do RS

# PUBLICIDADE LEGAL



**BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS**  
**CNPJ/MF nº 92.692.979/0001-24**  
**NIRE 43300013651**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas dia 24 de abril de 2025, às 14 horas, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar, em Porto Alegre - RS, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

**EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art.196, da Lei nº 6.404/76; 4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; 5. Eleger os membros do Conselho de Administração, e 6. Eleger os membros do Conselho Fiscal efetivos e respectivos suplentes.

**EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

1. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no seguinte sentido: i) Incluir novo §1º no art. 10, para inserir previsão da participação de representante do Banco no Conselho de Administração, em observância às disposições do art. 107, do Estatuto Social do Banrisul; (ii) Renumerar o §1º para §2º; o §2º para §3º; o §3º para §4º; o §4º para §5º; o §5º para §6º; e o §6º para §7º do art. 10; (iii) Ajuste redacional de acordo com o novo §1º do artigo 18; e (iv) Inserir o novo § 1º, referente à designação das atribuições da Diretoria, em consonância com as disposições do art. 142, II, da Lei 6404/76, e do art. 14, alínea "b", do Estatuto Social. 2. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item "1" acima.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos das Assembleias, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar - Unidade de Governança Corporativa, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização das Assembleias Gerais. Os documentos relativos aos itens das Ordens do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Banrisul S/A Administradora de Consórcios.

Porto Alegre, 15 de abril de 2025.  
**Fernando Postal**  
 Presidente do Conselho de Administração

## Jornal do Comércio

CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS E  
 INFORMAÇÕES DE QUALIDADE

**DIRETO NO SEU  
 WHATSAPP**

Escaneie o  
**QRCode** e  
 acesse o  
 canal  
 do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

**FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E COMERCIO EM GERAL**  
 CNPJ 92.192.236/0001-95  
 NIRE 43.300.016.901

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**Assembleia Geral Ordinária**

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **29 de abril de 2025**, às **17:15 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025.

A Diretoria  
**Augusto Lauro de Oliveira Júnior**  
**Luciano Adures de Oliveira**  
**Sérgio Martins de Oliveira**

**Jornal do Comércio 91**  
 O jornal de economia e negócios do RS ANOS

MANTENHA O FOCO NA INFORMAÇÃO E  
**DECIDA COM CONFIANÇA.**



Telefone: (51) 3213.1300  
 WhatsApp: (51) 3213.1397  
 E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br



# PUBLICIDADE LEGAL

**PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES**  
 CNPJ 01.093.994/0001-09  
 NIRE 43.300.034.381  
**Assembleia Geral Ordinária**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
 Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **29 de abril de 2025, às 17:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.  
 Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025.  
**A Diretoria**  
**Augusto Lauro de Oliveira Júnior**  
**Luciano Adures de Oliveira**  
**Sérgio Martins de Oliveira**

Jornal do Comércio

**TUDO AO SEU ALCANCE,  
 NO SEU TEMPO**

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS



Baixe o App  
 e conecte-se  
 à informação com  
 apenas um clique!

# PUBLICIDADE DE LEGAL

**REAL EMPREENDIMENTOS S.A.**  
 CNPJ 92.213.552/0001-04  
 NIRE 43.300.011.429  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**Assembleia Geral Ordinária**  
 Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **29 de abril de 2025**, às **15:00 horas**, na sede social, situada na cidade Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores. Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025. **Augusto Lauro de Oliveira Júnior**  
 - **Presidente do Conselho de Administração**

## Jornal do Comércio

**O CONTEÚDO QUE  
 FAZ A DIFERENÇA  
 NO SEU DIA A DIA**



Escaneie o  
**QRCode** e  
 acesse o  
 canal  
 do JC



# SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ 13.046.954/0001-87

## Relatório da Administração

SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S/A, em conformidade com suas obrigações legais e compromisso com a transparência, apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício fiscal de 2024, destacando os principais resultados operacionais e financeiros da empresa. **1. Panorama do Setor Agrícola:** No ano de 2024, o setor agrícola enfrentou desafios como variações climáticas, oscilações nos preços de commodities e custos de insumos elevados. **2. Resultados Operacionais:** Em 2024, a companhia registrou um aumento de 22,7% no resultado bruto, quando comparado ao ano anterior, impactada pelo aumento da receita de arrendamentos. Esse desempenho resultou em um lucro líquido de R\$ 77.899 mil. **3. Desempenho Financeiro:** Em 2024, os principais indicadores financeiros incluem: • Receita líquida de R\$ 91.370 mil; • Lucro de R\$ 77.899 mil, representando aumento de 21,12% em relação ao ano anterior; • EBITDA de R\$ 88.740 mil e margem EBITDA de 97,1%.

## Demonstrações Financeiras

### Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	6.076	15.805	11.673	28.371					
Arrendamentos a receber.....	6.a	5.158	4.501	35.407	25.051					
Tributos a recuperar.....		-	10	12	14					
Despesas antecipadas.....		27	12	38	12					
<b>Total do ativo circulante.....</b>		<b>11.261</b>	<b>20.328</b>	<b>47.130</b>	<b>53.448</b>					
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>					
Investimentos.....	7	508.818	498.561	-	-					
Propriedade para investimento.....	8	128.710	114.383	592.202	574.368					
<b>Total do ativo não circulante.....</b>		<b>637.528</b>	<b>612.944</b>	<b>592.202</b>	<b>574.368</b>					
<b>Total do ativo.....</b>		<b>648.789</b>	<b>633.272</b>	<b>639.332</b>	<b>627.816</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Saldo em 01 de janeiro de 2023	Capital social	Reserva de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de expansão			
202.993	29.844	12.384	131.110	222.645	-	598.976	
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	64.316	64.316	
Distribuição de dividendos.....	-	-	(48.000)	-	-	(48.000)	
Realização custo atribuído propriedade para investimento.....	-	-	-	(198)	198	-	
<b>Destinação proposta:</b>							
Constituição de reserva.....	-	3.216	61.298	-	(64.514)	-	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023.....</b>	<b>202.993</b>	<b>29.844</b>	<b>15.600</b>	<b>144.408</b>	<b>222.447</b>	<b>615.292</b>	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024.....</b>	<b>202.993</b>	<b>29.844</b>	<b>15.600</b>	<b>144.408</b>	<b>222.447</b>	<b>615.292</b>	
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	77.899	77.899	
Aumento de capital social.....	128.308	(15.600)	(74.408)	(99)	(38.201)	-	
Distribuição de dividendos.....	-	-	(70.000)	-	-	(70.000)	
Realização custo atribuído propriedade para investimento.....	-	-	-	(100)	100	-	
<b>Destinação proposta:</b>							
Constituição de reserva.....	-	3.895	17.401	-	(21.296)	-	
Dividendo mínimo obrigatório.....	-	-	-	-	(18.502)	(18.502)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024.....</b>	<b>331.301</b>	<b>29.844</b>	<b>3.895</b>	<b>17.401</b>	<b>222.248</b>	<b>604.689</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional**  
A SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Avenida Doutor Nilo Peçanha, 2900/301, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na administração de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e na compra e venda de imóveis. O Grupo atuou principalmente em arrendamentos de terras para a produção agrícola de sua controladora final SLC Agrícola S.A. em 2024 e 2023.

#### 2. Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Controladas	País	2024	2023
Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda.....	Brasil	100%	100%
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda.....	Brasil	100%	100%
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.....	Brasil	100%	100%
Fazenda Palmeira Empreendimentos Agrícolas Ltda.....	Brasil	100%	100%

#### 3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("NBC TG"). A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OPCPC 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 07 de abril de 2025.

b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.  
c) **Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do Grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.  
e) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e exercício de julgamento são revisados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
8.....	Mensuração do valor justo de propriedades para investimento
9.....	Imposto de renda e contribuição social diferidos
11.....	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

#### 4. Políticas Contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e estão apresentadas nas notas explicativas, exceto as abaixo:

a) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** O Grupo elaborou demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto

b) **Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade geradora de caixa) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou

grupos de ativos (UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.  
c) **Normas novas ou revisadas:** As seguintes normas são efetivas para os próximos exercícios: *IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis*; O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para medidas de performance de mercado. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

**Política Contábil:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Composição:	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades em R\$.....	98,65%	6	9	17	14

CDB-DI	do CDI (1)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa.....	6,076	15,805	11,673	28,371	

(1) Rendimento médio anual em 31 de dezembro de 2024.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, a preços e taxas de mercado não excedendo o valor de negociação.

#### 6. Partes relacionadas

a) **Saldos a receber com partes relacionadas: Contratos de arrendamento:** O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho e outras culturas em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento. Os contratos de arrendamento rural celebrados preveem o preço do arrendamento convertido pelo valor da colação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, este é recebido anualmente em Reais, conforme cláusula contratual. A fixação do preço da saca de soja é estabelecida com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação. Como parte da atividade do Grupo, os valores a receber de arrendamentos da SLC Agrícola S.A em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 35.407 (R\$ 25.051 em 31 de dezembro de 2023). Na controladora o valor a receber é de R\$ 5.158 (R\$ 4.501 em 31 de dezembro de 2023). A receita da Companhia é gerada, basicamente, em operações de arrendamento de terras para partes relacionadas. Em 2024 a Companhia apresentou receita de R\$ 91.370 com a controladora SLC Agrícola S.A. (R\$ 74.798 no exercício de 2023). As transações acima foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das empresas do Grupo como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros não integrantes do Grupo.  
b) **Saldos a pagar com partes relacionadas**

Controladas diretamente	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.....	8.565	9.249
Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.....	12.486	6.782

Controladora	SLC Agrícola S.A.....	
	31/12/2024	31/12/2023
Total.....	23.576	16.031
Parcela classificada no passivo circulante.....	23.576	16.031

Os valores registrados a pagar em partes relacionadas, com as controladas diretamente, são representados por mútuos.

**Transações com partes relacionadas no resultado da controladora:**

Controladas diretamente	Juros Mútuos	
	31/12/2024	31/12/2023
Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.....	1.085	1.063
Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.....	969	781
Total.....	2.054	1.844
Despesa financeira.....	2.054	1.844

c) **Honorários da administração:** A Companhia considera como pessoal-chave da administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (estatutários). Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica nas demonstrações do resultado e estão apresentadas a seguir:

Controladas diretamente	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pró-labore.....	209	249
Encargos.....	48	58
Gratificações e outros benefícios.....	2	1
Total.....	259	308

### Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Receita operacional líquida.....	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
12	14.828	12.924	91.370	74.798	
Custo dos arrendamentos.....	13	(253)	(218)	(2.561)	(2.445)
<b>Resultado bruto.....</b>		<b>14.575</b>	<b>12.706</b>	<b>88.809</b>	<b>72.353</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	13	(1.070)	(1.233)	(1.132)	(1.274)
Resultado de equivalência patrimonial.....	7	68.055	55.401	-	-
Outras despesas operacionais.....			(5)		(5)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras.....</b>		<b>66.985</b>	<b>54.163</b>	<b>(1.132)</b>	<b>(1.279)</b>
Receitas financeiras.....	14	571	1.453	2.226	3.695
Despesas financeiras.....	14	(2.388)	(2.074)	(336)	(238)
<b>Resultado Financeiro.....</b>		<b>(1.817)</b>	<b>(621)</b>	<b>1.890</b>	<b>3.457</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>79.743</b>	<b>66.248</b>	<b>89.567</b>	<b>74.531</b>
Imposto de renda e contribuição social.....	9				
Corrente.....		(1.926)	(1.255)	(10.803)	(9.643)
Diferido.....		82	(677)	(865)	(572)
<b>Lucro líquido do exercício.....</b>		<b>77.899</b>	<b>64.316</b>	<b>77.899</b>	<b>64.316</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído) em R\$.....</b>	10.f			0,48	0,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício.....	77.899	64.316	77.899	64.316
<b>Resultado abrangente do exercício.....</b>	<b>77.899</b>	<b>64.316</b>	<b>77.899</b>	<b>64.316</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos impostos.....		79.743	66.248	89.567	74.531
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>					
Depreciação e amortização.....	13	-	1	1.064	1.065
Equivalência Patrimonial.....	7	(68.055)	(55.401)	-	-
<b>Variação nos Ativos e Passivos:</b>		<b>11.688</b>	<b>10.848</b>	<b>90.631</b>	<b>75.596</b>
Arrendamentos a receber.....		(657)	80	(10.356)	79
Tributos a recuperar.....		10	119	2	392
Despesas pagas antecipadamente.....		(15)	2	(25)	2
Outras contas a receber.....		-	1	-	1
Obrigações fiscais e sociais.....		(295)	(184)	(803)	(1.416)
Obrigações com partes relacionadas.....		2.525	-	2.525	-
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais.....</b>		<b>13.256</b>	<b>10.866</b>	<b>81.974</b>	<b>74.654</b>
Dividendos recebidos.....		57.798	47.011	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	9	(1.475)	(1.434)	(9.774)	(8.687)

Continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

As principais movimentações nos investimentos em participações societária permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como segue:

Investimento	Saldos em		Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
	01/01/2023	Aumento de capital			
Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.....	145.153	-	(16.543)	17.548	146.158
Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda.....	155.719	2.000	(15.000)	19.680	162.399
Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.....	127.647	-	(15.468)	13.091	125.270
Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.....	59.652	-	-	5.082	64.734
<b>Total</b>	<b>488.171</b>	<b>2.000</b>	<b>(47.011)</b>	<b>55.401</b>	<b>498.561</b>

Investimento	Saldos em		Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
	01/01/2024	Adições			
Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.....	146.158	(17.993)	-	21.452	149.617
Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda.....	162.399	(19.000)	-	25.524	168.923
Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.....	125.270	(17.805)	-	14.452	121.917
Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.....	64.734	(3.000)	-	6.627	68.361
<b>Total</b>	<b>498.561</b>	<b>(57.798)</b>	<b>-</b>	<b>68.055</b>	<b>508.818</b>

**8. Propriedade para investimento**  
**Política Contábil:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, nem para utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços, nem para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente. Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento, construída pelo proprietário, inclui os custos de material e mão de obra direta e qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. As vidas úteis médias estimadas para os prédios e benfeitorias são de 35 anos, para o exercício corrente e comparativo.

**Composição:**

Terras de cultura	Controladora	
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023
Terras de cultura.....	114.383	114.383
<b>Total</b>	<b>114.383</b>	<b>114.383</b>

Terras de cultura	Controladora	
	Saldo em 01/01/2024	Saldo em 31/12/2024
Terras de cultura.....	114.383	128.710
<b>Total</b>	<b>114.383</b>	<b>128.710</b>

Custo do imobilizado bruto	Controladora	
	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023
Terras de cultura.....	539.544	550.553
Prédios e benfeitorias.....	24.879	23.815
<b>Total</b>	<b>564.423</b>	<b>574.368</b>

Custo do imobilizado bruto	Controladora	
	Saldo em 01/01/2024	Saldo em 31/12/2024
Terras de cultura.....	550.553	569.451
Prédios e benfeitorias.....	23.815	22.751
<b>Total</b>	<b>574.368</b>	<b>592.202</b>

(1) Os valores de aquisições de terras estão substancialmente representados por desenvolvimento de área (com a finalidade de tornar a área própria para cultivo). Propriedades para investimento incluem terras de cultura e a infraestrutura nelas existentes que são arrendadas para empresas do Grupo SLC. Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com o laudo de avaliação realizado por especialistas, o valor justo das terras classificadas como propriedades para investimento no Consolidado é de R\$ 2.711.580 (R\$ 2.532.840 em 31 de dezembro de 2023).

**9. Tributos sobre o lucro**  
**Política Contábil:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, na Controladora, são calculados sobre as atividades que são objeto da sociedade, com base nas alíquotas presumidas conforme a legislação. As demais receitas são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Nas controladas o imposto de renda e contribuição social são calculados, sobre as atividades que são objeto da sociedade, com base nas alíquotas presumidas conforme a legislação. As demais receitas são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **Composição:** Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentando a seguinte natureza:

Passivos	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos.....	(413)	(130)
Outros.....	(24)	(50)
<b>Total</b>	<b>(437)</b>	<b>(180)</b>

Passivos	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos.....	(2.833)	(2.004)
Outras.....	(81)	(97)
<b>Total</b>	<b>(2.914)</b>	<b>(2.101)</b>

**Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais:** O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

Resultado antes da tributação sobre o lucro	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente.....	79.743	66.248
<b>Ajustes para demonstração da taxa efetiva:</b>		
Imposto de renda e contribuição social em empresas tributadas pelo regime de lucro presumido.....	18.503	15.623
Outros.....	83	(179)
<b>Valor registrado no resultado</b>	<b>(1.350)</b>	<b>(517)</b>
<b>Total dos impostos e contribuições sobre a renda</b>	<b>(1.844)</b>	<b>(1.932)</b>
Impostos correntes.....	(1.926)	(1.255)
Impostos diferidos.....	82	(677)
<b>Taxa efetiva</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,9%</b>

Resultado antes da tributação sobre o lucro	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente.....	(22.392)	(18.633)
<b>Ajustes para demonstração da taxa efetiva:</b>		
Imposto de renda e contribuição social em empresas tributadas pelo regime de lucro presumido.....	14.376	11.041
Outros.....	(539)	108
<b>Valor registrado no resultado</b>	<b>(8.555)</b>	<b>(7.484)</b>
<b>Total dos impostos e contribuições sobre a renda</b>	<b>(11.668)</b>	<b>(10.215)</b>
Impostos correntes.....	(10.803)	(9.643)
Impostos diferidos.....	(865)	(572)
<b>Taxa efetiva</b>	<b>13,7%</b>	

**Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos**  
 O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo na controladora e no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

Arrendamentos	Controladora	
	Saldo em 01/01/2024	Saldo em 31/12/2024
Arrendamentos.....	(490)	(562)
Outras.....	(187)	(33)
<b>Total</b>	<b>(677)</b>	<b>(595)</b>

Custo atribuído de propriedade para investimento	Consolidado	
	Saldo em 01/01/2024	Saldo em 31/12/2024
Arrendamentos.....	(2.725)	(3.853)
Outras.....	(366)	(109)
<b>Total</b>	<b>(10.160)</b>	<b>(11.025)</b>

**10. Patrimônio líquido**  
 a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito, no valor de R\$ 331.301 (R\$ 202.993 em 31 de dezembro de 2023) está representado por 160.775.636 ações ordinárias e totalmente integralizado. Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2024, a Companhia determinou o aumento de capital social da Companhia, passando de R\$ 202.993 para R\$ 331.301 mediante a capitalização da reserva legal, reserva de expansão e de lucros acumulados. A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:

Ações ordinárias	Número de Ações	
	31/12/2024	31/12/2023
SLC Investimentos Agrícolas Ltda.....	130.603.880	130.603.880
<b>Ações preferenciais</b>		
SLC Agrícola S.A.....	30.171.756	-
Buriti 1 SARL (1).....	-	16.813.619
Valliance Farmland (1).....	-	13.358.137
<b>Total ações do capital integralizado</b>	<b>160.775.636</b>	<b>160.775.636</b>

(1) As empresas Buriti 1 SARL e Valliance Farmland são controladas pela Valliance Asset Management Limited. Em 15 de outubro de 2024 a SLC Agrícola adquiriu 18,77% da participação societária na empresa SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A. a aquisição foi finalizada pelo valor total de R\$ 527.556 milhões, o valuation foi baseado na avaliação dos 86.783 hectares de terras e da infraestrutura da Companhia. **Ações ordinárias:** Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais do Grupo. Os detentores de ações ordinárias têm o direito de receber dividendos conforme definidos nos estatutos do Grupo. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas decisões da Companhia. **Ações preferenciais:** As ações preferenciais têm os mesmos direitos sobre os ativos líquidos residuais do Grupo, assim como as ações ordinárias. Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou apenas resgatáveis à escolha do Grupo, e os dividendos são discricionários. Os dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio em caso de aprovação dos acionistas da Companhia.

Venda de ações preferenciais	Quantidade de Ações		Valor integralizado	Ágio na emissão	Saldo em 31/12/2024
	31/12/2024	31/12/2023			
Em 01 de agosto de 2012.....	16.813.619	16.950	(4.761)	12.189	
Em 20 de dezembro de 2013.....	11.320.455	46.825	(31.857)	14.968	
Em 30 de setembro de 2014.....	2.037.682	8.804	(6.117)	2.687	
<b>Total</b>	<b>30.171.756</b>	<b>72.579</b>	<b>(42.735)</b>	<b>29.844</b>	

c) Reservas de Lucros: (i) **Reserva legal:** A constituição da Reserva Legal ocorre com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2024, foi aprovada a capitalização da Reserva Legal no valor de R\$ 15.600. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou a constituição de Reserva Legal no montante de R\$ 3.895. (ii) **Reserva estatutária:** Em conformidade com o disposto no artigo 194 da Lei 6.404/76 e no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, será constituída uma Reserva para Expansão com base no lucro remanescente após as deduções legais e estatutárias, com o objetivo de aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, sendo que o valor total dessa reserva não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 61.000 aos acionistas. No dia 09 de abril de 2024, em reunião do conselho de administração foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 9.000. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2024, foi aprovada a capitalização da Reserva Estatutária no valor de R\$ 74.409. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu a constituição de Reserva Estatutária no valor de R\$ 17.401. No final do exercício o saldo de reserva de lucros é de R\$ 21.296 (R\$ 160.008 em 31 de dezembro de 2023).

d) Ajuste de avaliação patrimonial: Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são decorrentes do custo atribuído às propriedades para investimento, deduzido dos impostos incidentes. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem ou pela sua realização pela depreciação. No final do exercício o saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 222.248 (R\$ 222.447 em 31 de dezembro de 2023).

e) Dividendos e juros sobre capital próprio: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei.

f) Resultado por ação: **Política Contábil:** O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. **Composição:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, a tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício da Companhia com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

Numerador	31/12/2024		31/12/2023	
	Lucro líquido do exercício (a)	77.899	64.316	
<b>Denominador</b>				
Média ponderada do número de ações (b)	160.775.636	160.775.636		
<b>Lucro por ação básico e diluído em R\$ (a/b)</b>	<b>0,48</b>	<b>0,40</b>		

**11. Instrumentos financeiros**  
**Política Contábil:** Ativos financeiros não derivativos: O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. **Custo Amortizado:** Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Composição:** a) **Classificação dos instrumentos financeiros:** A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada:

Ativos	Controladora	
	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Valor justo através do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa.....	1	15.805
<b>Custo amortizado</b>		
Arrendamentos a receber.....	5.158	4.501
<b>Total Ativos</b>	<b>11.234</b>	<b>20.306</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>		
Débitos com partes relacionadas.....	23.576	16.031
<b>Total Passivos</b>	<b>23.576</b>	<b>16.031</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Ativos	Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Valor justo através do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa.....	1	28.371
<b>Custo amortizado</b>		
Arrendamentos a receber.....	35.407	25.051
<b>Total Ativos</b>	<b>47.080</b>	<b>53.422</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>		
Débitos com partes relacionadas.....	2.525	12.135
Outras contas a pagar.....	18.502	-
<b>Total Passivos</b>	<b>21.027</b>	<b>12.135</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil.  
 b) **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

c) **Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

d) **Valor justo:** Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de curto prazo, arrendamentos a receber, outras contas a receber, títulos a pagar, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e contas a pagar a fornecedores, são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

**12. Receita operacional líquida**  
**Política Contábil:** A receita de arrendamento de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. **Composição:** Apresentamos abaixo a receita operacional líquida:

Arrendamento de terras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamento de terras.....	15.390	13.414	94.831	77.632
Deduções, impostos e contribuições.....	(562)	(490)	(3.461)	(2.834)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>14.828</b>	<b>12.924</b>	<b>91.370</b>	<b>74.798</b>

**13. Despesa por natureza**  
 As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

Despesas por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos arrendamentos.....	(253)	(218)	(2.561)	(2.445)
Despesas gerais e administrativas.....	(1.070)	(1.233)	(1.132)	(1.274)
Outras despesas operacionais.....	-	(5)	-	(5)
<b>Total</b>	<b>(1.323)</b>	<b>(1.456)</b>	<b>(3.693)</b>	<b>(3.724)</b>
<b>Despesas por natureza</b>				
Depreciação e amortização.....	-	(1)	(1.064)	(1.065)
Despesas com pessoal.....	(664)	(808)	(664)	(808)
Matéria prima e materiais.....	(658)	(642)	(1.965)	(1.846)
Outras despesas operacionais.....	-	(5)	-	(5)
<b>Total</b>	<b>(1.322)</b>	<b>(1.456)</b>	<b>(3.693)</b>	<b>(3.724)</b>

**14. Resultado financeiro**  
**Política Contábil:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas de juros que são reconhecidos no resultado.

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de aplicações financeiras	571	1.453	2.226	3.695

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Aos Acionistas e Diretores da SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A. Porto Alegre -RS**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Chamamos a atenção para o fato de que a receita da Companhia é substancialmente advinda de arrendamentos para partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 6 das demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de abril de 2025

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/F-7

**Luis Claudio de Oliveira Guerreiro**  
Contador CRC-RJ 093679/O-1

# Jornal do Comércio

## PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.



LEIA O QR CODE

**ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.**

**WHATSAPP: (51) 3213-1342  
E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR**





# Companhia Estatal de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

www.equatorialenergia.com.br



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

A Administração da CEEE Grupo Equatorial, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As informações não financeiras da Companhia, o Balanço Social, Combate às Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

**Destques de 2024:** • O volume de energia faturada no ano cresceu 3,1% em relação a 2023 atingindo 8.858 GWh; • O EBITDA societário encerrou o ano em R\$ 443 milhões, uma redução de R\$ 11 milhões, comparado a R\$ 454 milhões em 2023. Resultado fortemente impactado pelos eventos climáticos ocorridos no Estado; • Em 2024 a Companhia registrou R\$ 438 milhões de Prejuízo, comparado a R\$ 452 milhões de prejuízo no exercício anterior; • Os investimentos da CEEE-D somaram R\$ 919 milhões em 2024, aumento de R\$ 289 milhões em relação a 2023; • As perdas de energia dos 12 meses encerrados em dezembro de 2024 atingiram 12,3%, redução de 0,5 p.p. em relação aos 12,8% apresentados no final de 2023.

### Mensagem do Presidente

O ano de 2024 foi marcado pela maior tragédia climática já enfrentada pelos gaúchos. A CEEE Equatorial, responsável pela distribuição de energia a 1,9 milhão de clientes, demonstrou que sua conexão com o Rio Grande do Sul vai além da prestação do serviço de distribuição de energia. Essa ligação é feita de resiliência e do espírito forte do povo gaúcho. Em uma operação que envolveu centenas de equipes trabalhando incansavelmente, conseguimos restabelecer a energia e, com ela, a esperança de milhares de famílias. Quase um ano após a enchente de maio, nossas ações continuam voltadas para a reconstrução do Estado, com iniciativas do projeto "Energia para Reconstruir". Além de investir mais de R\$ 2,5 bilhões desde nossa chegada, implantamos um plano contínuo de manutenção da rede elétrica, realizado diariamente. Junto à ANEEL, destinamos recursos regulados para ações emergenciais, atendendo às necessidades mais urgentes das populações afetadas. Foram mais de R\$ 10 milhões para distribuir 13,5 mil lâmpadas de LED, 2,7 mil refrigeradores e chuveiros a 2,7 mil famílias dos nove municípios mais atingidos pela calamidade. Eletuamos mais de R\$ 1,1 milhão em doações destinadas a aquisição de mais de 4 mil colchões, 720 travesseiros, lençóis e 600 cobertores, ajudando diretamente as comunidades afetadas. Reforçamos assim nosso compromisso com o Rio Grande do Sul em um momento de calamidade sem precedentes na história do Estado. Em nossos indicadores operacionais, salientamos o resultado do combate às perdas, importante indicador para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e que, apesar das dificuldades operacionais impostas pela catástrofe, terminou o ano de 2024 com uma melhora 0,5 p.p. em relação ao ano anterior, mostrando a sustentabilidade das nossas ações. Do ponto de vista financeiro, a Companhia encerrou o exercício com R\$ 443 milhões em EBITDA. Em 2025 buscaremos arduamente a melhoria dos indicadores da Companhia garantindo a continuidade dos investimentos no Rio Grande do Sul visando à qualidade dos serviços prestados aos gaúchos.

Riberto José Barbarena - Diretor-Presidente

### Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Rio Grande do Sul

Ambiente econômico e perspectivas no estado do Rio Grande do Sul



RIO GRANDE DO SUL (EQTL - CEEE)	
Capital	Porto Alegre
Área de Concessão (km²)	87.101
Número de Municípios	72
População Estimada (2023)*	3,57 milhões
Cresc. Estimado 2024 PIB RS*	1,60%
Cresc. Estimado 2024 PIB CEEE*	-1,00%
Participação PIB RS (2021)	31,40%
* Dados fornecidos pela Consultoria Tendências em out/24	

Em 2024, o consumo de energia na região Sul cresceu 5,4%, enquanto o cenário nacional apresentou um crescimento de 5,3%. Já a área de concessão da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D apresentou um crescimento de 3,1% no consumo de energia. A CEEE Equatorial possui em sua área de concessão a Capital do estado, a qual possui 36,4% do número total de clientes da Companhia e que representou 42% do consumo realizado. Também possui o município de Rio Grande, que tem o maior porto do Estado, além de uma concentração de indústrias de grande porte próximas a ele. As atividades industriais mais representativas quanto ao consumo de energia elétrica são a fabricação de produtos alimentícios, fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos minerais, fabricação de veículos e fabricação de bebidas. O agronegócio também possui relevância na área de concessão e localiza-se predominantemente na Região Sul do Estado, sendo caracterizado pelo cultivo de arroz, soja e pela pecuária.

### Número de consumidores

Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2024 apresentou um crescimento de 1,78% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Consumidores	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	1.680.112	1.647.261	1.590.312	1.520.291	1.500.064	1.480.415
Industrial	3.557	3.496	3.772	9.268	9.641	12.381
Comercial	171.162	170.341	167.769	159.169	157.901	155.613
Outros	202.688	102.124	103.446	102.808	101.685	100.869
<b>Total</b>	<b>1.957.519</b>	<b>1.923.222</b>	<b>1.865.299</b>	<b>1.791.536</b>	<b>1.769.291</b>	<b>1.749.278</b>
<b>Varição</b>	<b>1,78%</b>	<b>3,11%</b>	<b>4,12%</b>	<b>1,26%</b>	<b>1,14%</b>	<b>1,45%</b>

### Mercado atendido

**Comportamento do mercado** - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2024 foi de 8.858 GWh (8.595 GWh em 2023). O volume de energia consumida cresceu 3,1% em relação ao ano de 2023, sendo impulsionado principalmente pelo crescimento das classes residencial e comercial, que juntas representam 57% do total distribuído de energia. A classe rural também contribuiu para esse crescimento, representando 6,3% do volume total distribuído de energia. O crescimento do consumo da classe residencial foi de 6,3%, favorecido pela melhora da massa de renda das famílias no ano de 2024, beneficiada pelo aumento real do salário mínimo e pelo ritmo aquecido do mercado de trabalho. A classe comercial apresentou um crescimento de consumo de 3,0%, também favorecida por este cenário de aumento da massa de salários e maior robustez do mercado de trabalho, associado a um forte impulso da reconstrução pós enchentes de maio de 24. No segundo semestre de 2023, o excesso de chuvas atrasou o plantio, principalmente da cultura do arroz. Esse cenário não se repetiu no segundo semestre de 2024, favorecendo o crescimento de 3,7% no consumo da classe rural. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	3.596.840	3.408.143	3.134.694	3.052.233	3.148.447	3.026.220	3.003.534
Industrial	1.294.587	1.341.030	1.349.445	1.343.743	1.288.525	1.331.184	1.406.744
Comercial	2.288.763	2.234.153	2.145.889	2.029.662	2.010.969	2.275.506	2.289.891
Outros	1.256.480	1.262.991	1.347.826	1.298.209	1.300.731	1.340.870	1.443.495
Energia de Conexão	67.870	61.010	57.305	55.344	50.909	35.403	30.684
SCEE	353.898	287.776	156.239	80.208			
<b>Total</b>	<b>8.858.438</b>	<b>8.595.342</b>	<b>8.595.103</b>	<b>7.859.399</b>	<b>7.799.581</b>	<b>8.009.183</b>	<b>8.174.348</b>
<b>Varição</b>	<b>3,06%</b>	<b>4,93%</b>	<b>4,93%</b>	<b>0,77%</b>	<b>-2,62%</b>	<b>-0,34%</b>	

As perdas totais da energia findaram o ano de 2024 no patamar de 12,28%.

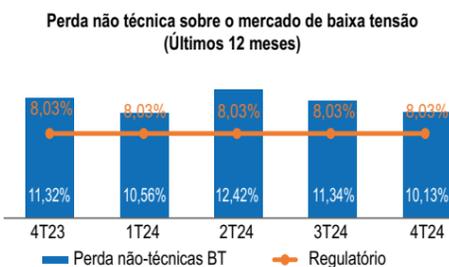
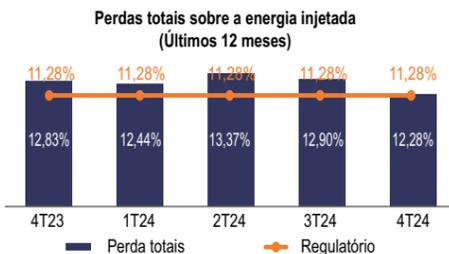
### Balanco energético

4.3 Balanco energético (MWh)	4T23	4T24	Var.	2023	2024	Var.
Rio Grande do Sul						
Sistema interligado	2.331.645	2.384.048	2,2%	9.497.117	9.704.483	2,2%
Energia injetada pela Geração Distribuída	99.157	133.889	35,0%	363.433	394.178	8,5%
<b>Energia injetada</b>	<b>2.430.802</b>	<b>2.517.937</b>	<b>3,6%</b>	<b>9.860.550</b>	<b>10.098.661</b>	<b>2,4%</b>
Energia distribuída	2.018.440	2.150.773	6,6%	8.534.093	8.790.568	3,0%
Energia de conexão com outras distribuidoras	12.398	18.441	48,7%	61.010	67.870	11,2%
Perdas totais	399.964	348.722	-12,8%	1.265.447	1.240.223	-2,0%
Perdas sem Geração Distribuída	375.048	307.807	-17,9%	1.189.789	1.199.943	0,9%

### Gestão dos Negócios

#### Combate às perdas

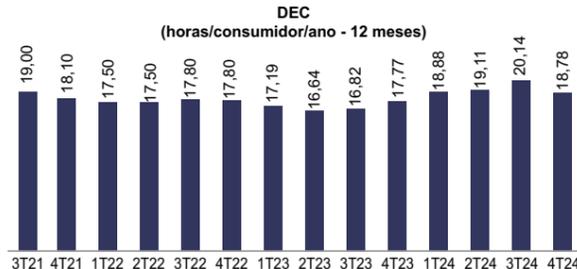
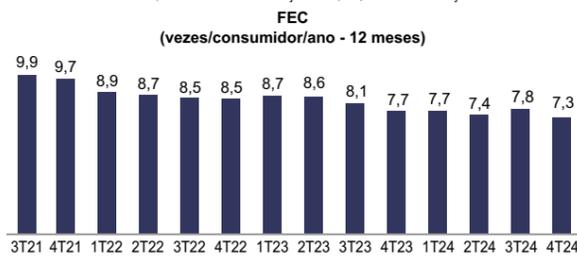
Mesmo com um ano de 2024 bastante complexo, assolado por diversos eventos climáticos relevantes, além da enchente que atingiu boa parte das regiões metropolitana, Centro Sul e Sul, a CEEE Equatorial apresentou consolidação na trajetória de redução do índice de perdas, movimento que já vem sendo observado desde 2022, primeiro ano integral de atuação da Equatorial na gestão da Concessão. Em 2024 o índice apresentou retração de 0,55 p.p., fechando o ano com 12,28%. O uso de tecnologias mais avançadas no aprimoramento do mapeamento do mercado torna possível identificar com maior precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda, tornando mais assertivo o direcionamento de recursos. A distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores.



Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2024:

- Regularização de 1,7 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 4,2 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão/Retrofit do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 14,9 mil clientes de baixa tensão;
- Inspeção de 113,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 1,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 8,7 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 18,4 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 1,0 mil medições físicas em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente;
- Substituição de 52 mil medidores danificados pelas enchentes de maio/24, evitando impactos no faturamento da energia consumida. Hoje a Companhia possui 4,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 10,02% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

**DEC e FEC.** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 5,6% e o FEC uma redução de 5,2%, ambos em relação ao exercício anterior.



**Assuntos Regulatórios.** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Homologatória nº 3.413/2024 homologou o Reajuste Tarifário Anual de 2024 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, vigente de 22 de novembro de 2024 a 21 de novembro de 2025, resultando no reajuste médio de 4,67% (quatro virgula sessenta e sete por cento), aplicável às tarifas dos consumidores da área de concessão da Equatorial CEEE-D. **Relatório de Ações Sociais - ESG.** O **Jornada de Segurança**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedor, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho. Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se: • 20.675 inspeções estáticas (nas bases); • 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo); • Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes; • 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras; • Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas. Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável. A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia. Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais: • **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. • **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. • **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo

apoio prático para o desenvolvimento econômico local. Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua. Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma nota B no questionário do CDP Clima, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva. Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de 7600% no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025. **Lançamento Instituto Equatorial.** O ano de 2024 marcou a chegada do Instituto Equatorial. Agora, para além de financiamentos por meio das leis de incentivo, o Grupo conta com estrutura própria e dedicada para coordenar seu investimento social com objetivo de fomentar iniciativas que contribuam para a educação, cultural, esporte, desenvolvimento local, geração de renda, capacitação e empregabilidade. Com atividade nos estados onde o Grupo possui operação, o Instituto Equatorial atua em três eixos fundamentais, denominados: Mobiliza (Capacitação, Empregabilidade e Transformação); Tecendo Futuros (Educação Transformadora); Impulsiona (Empreendedorismo, Biodiversidade e Sustentabilidade). Os projetos "Recode IA" e "Portas Abertas", focado na (re)potencialização de empreendedoras que tiveram seu negócio impactado durante a enchente nos municípios de Porto Alegre, Guaíba e Eldorado do Sul, foram lançados no segundo semestre, além do "Edital Diálogos" que selecionou 20 projetos sociais, só no Rio Grande do Sul, para receberem investimentos. **Plataforma E+.** A plataforma E+ reúne todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permite à Equatorial Energia promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: Comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Comunidade.** O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de diversos projetos sociais. Em 2024, a CEEE Equatorial Energia aumentou o número de famílias beneficiadas, chegando a um total de 17.040 famílias em 72 municípios percorridos. **E+ Geladeira Nova.** O projeto, que substituiu refrigeradores antigos e menos eficientes por modelos novos, beneficiou 4.340 clientes em 2024, abrangendo 72 cidades da área de concessão. A iniciativa teve atuação significativa nas cidades mais afetadas pelas enchentes de maio, proporcionando mais eficiência energética e melhorias para as famílias atendidas. **E+ Economia.** O programa orienta os consumidores sobre o uso sustentável da energia elétrica, possibilitando a substituição de lâmpadas incandescentes por outras de LED novas e mais econômicas. Em 2024 mais de 22 mil lâmpadas foram trocadas nos 84 eventos realizados, em 72 municípios da concessão. **E+ Educação.** Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 61 palestras, em 9 municípios, sensibilizando 4.956 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança. **E+ Cultura e E+ Esporte.** Apoiamos iniciativas que valorizam aspectos da cultura local e fortaleçam a prática esportiva nos territórios em que atuamos e no ano de 2024 foram 12 projetos patrocinados via leis de incentivo. A "Taça das Favelas", maior campeonato de futebol entre favelas, percorreu 20 municípios da concessão e mobilizou mais de 10 mil jovens. Através do ODS 4, Educação de Qualidade, patrocinamos a "18ª Feira Literária de Viçosa" e a "70ª Feira do Livro de Porto Alegre", maior evento literário a céu aberto do país. Além dos eventos tradicionais, "Semana Farrroupilha de Piratini" e "Festivos Farrroupilhas de Porto Alegre", evento que recebeu mais de 2 milhões de visitantes em seus 20 dias de duração. **E+ Energia Voluntária.** Promovemos o desenvolvimento do entorno, valorizando e cuidando das comunidades locais através das ações voluntárias da empresa. No ano de 2024 foram 04 grandes ações: "Campanha de Matchfunding 'Juntos pelo RS' que arrecadou R\$ 1 milhão de reais (sendo R\$ 500 mil em doações e R\$ 500 mil aportados pelo Grupo Equatorial), repassado à Central Única das Favelas RS (CUFA) que administrou o recurso com a sensibilidade necessária, sendo empregado em reforma de espaços públicos de uso da comunidade, pintura de casas e intervenções de grafite em locais atingidos pela enchente, projetos de geração de renda para grupos de mulheres e apoio a empreendedores locais, cozinhas comunitárias e doações de cestas básicas; "Corrida Equatorial", que arrecadou mais de 250kg de alimentos não perecíveis destinados a instituições sociais em Porto Alegre e Pelotas; "Ação de Natal" junto às áreas de Eficiência Energética e Relacionamento com o Cliente que entregou brinquedos e cestas básicas para as crianças e famílias de uma comunidade no Bairro São João, em Porto Alegre, fortemente atingida pela enchente de maio; "Ação de pintura - Colorindo muros", coordenada pela CUFA, uma das ações realizadas com o recurso arrecadado na campanha de matchfunding, realizou a pintura de 80 casas na Vila Farrapos, em Porto Alegre. Além disso, durante a grande enchente que impactou o estado no mês de maio, foram coletadas doações em todos os estados de atuação do Grupo Equatorial, e destinadas à Defesa Civil e à CUFA para entrega aos impactados, como também a doação de colchões, cobertas e travesseiros realizada pela empresa. **Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida sem receita de construção, o total registrado no ano foi de R\$ 4,421 bilhões, 6,2% superior ao ano anterior. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 3.837 bilhões, decréscimo de 2% na comparação com 2023. **EBITDA.** Em 2024, o EBITDA foi positivo em R\$ 443 milhões, comparado a R\$ 454 milhões em 2023, decréscimo de 3%.

**Resultado financeiro.** Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 772 milhões, contra R\$ 757 milhões negativos reportados em 2023. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Na CEEE-D, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pela compensação de prejuízos acumulados. No entanto, ressaltamos que no exercício de 2024, assim como no exercício de 2023, a Companhia apurou prejuízo fiscal. Em 2024 a Companhia reconheceu um crédito no valor de R\$ 48,9 milhões de prejuízo fiscal e base negativa utilizados no abatimento de 50% do parcelamento tributário originado na adesão a autorregularização incentivada, insituido pela Lei nº 14.740. **Prejuízo do exercício.** Em 2024, a CEEE-D apurou prejuízo de R\$ 439 milhões, versus um prejuízo de R\$ 452 milhões em 2023. **Endividamento.** No fechamento de 2024, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 5.701 milhões.

### Investimentos

Adição por tipo de Investimento	2023	2024	Var. %
<b>Manutenção de Rede</b>	106	379	259%
<b>Expansão e Melhoria da Rede</b>	462	329	-29%
<b>Equipamentos e Sistemas</b>	47	75	58%
<b>Outros investimentos</b>	16	136	752%
<b>Total</b>	631	919	46%
<b>PLPT - Programa Luz para Todos</b>	0	0	0%
<b>Total</b>	631	919	46%

**Investimentos.** Em 2024, os investimentos da CEEE somaram R\$ 919 milhões, representando um aumento de 46% em relação ao ano anterior. Os projetos de Manutenção da Rede e Outros Investimentos, que compreendem os ativos não elétricos, foram os mais destacados. Nos investimentos elétricos, os principais focos foram: Troca de Rede para mudança de padrão, Substituição de Equipamentos, investimentos direcionados a melhorias de nível de tensão. No combate às perdas, foram aplicados cerca de R\$ 150 milhões. Considerando o crescimento contínuo da demanda por energia elétrica e a necessidade de modernização da rede de distribuição, obras como a Subestação Cerro Grande do Sul, além de outras ampliações e melhorias em subestações, totalizaram aproximadamente R\$ 53 milhões em 2024. Já na categoria de Outros Investimentos, foram investidos R\$ 33 milhões no projeto de melhoria e padronização do sistema comercial, que passará a ser o mesmo do Grupo Equatorial, e R\$ 15 milhões em melhorias em sedes e escritórios que carregam os esforços de reconstrução após a catástrofe climática.

**Relacionamento com auditores externos:** Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs Riberto José Barbarena, Diretor-Presidente, André Luiz Barata Pessoa, José Silva Sobral Neto, Marcos Antônio Souza de Almeida Cristiano de Lima Logrado, Tatiana Queiroga Vasques, Nierbeth Costa Brito, Agnelo Coelho Neto e Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

**Diretoria Executiva:** Riberto José Barbarena - Diretor Presidente; Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor; André Luiz Barata Pessoa - Diretor; José Silva Sobral Neto - Diretor; Tatiana Queiroga Vasques - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Agnelo Coelho Neto - Diretor; Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira - Diretor; Nierbeth Costa Brito - Diretor.

**Conselho de Administração:** Augusto Miranda da Paz Júnior; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima; David Abdalla Pires Leal; Marcos Antônio Souza de Almeida; João Alberto da Silva Neto. continua →

←continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	83.929	464.985			
Aplicações financeiras	6	801.916	855.204			
Contas a receber de clientes	7	1.041.486	970.078			
Almoxarifado		17.078	13.143			
Impostos e contribuições a recuperar	9	244.682	378.494			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		59.909	76.882			
Depósitos judiciais	19	4.504	4.714			
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	1.114	-			
Serviços pedidos		138.537	122.176			
Outros créditos a receber		157.732	177.944			
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.550.887</b>	<b>3.063.620</b>			
Contas a receber de clientes	7	129.560	144.455			
Serviços pedidos		37.363	13.038			
Impostos e contribuições a recuperar	9	326.816	341.793			
Depósitos judiciais	19	223.823	225.891			
Instrumentos financeiro derivativos	27.4	143.542	-			
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	8	189.404	-			
Benefício pós-emprego	26	10	-			
Outros créditos a receber		-	26			
Ativo financeiro da concessão	11	782.759	609.396			
Intangível	12	2.611.285	2.188.714			
Ativos de contrato	13	1.213.912	1.061.547			
Direito de uso		3.376	3.376			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>5.661.850</b>	<b>4.588.236</b>			
<b>Total do ativo</b>		<b>8.212.737</b>	<b>7.651.856</b>			
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	14	545.894	590.507			
Fornecedores - risco sacado	14.1	40.916	32.853			
Empréstimos e financiamentos	15	40.714	292.879			
Debêntures	16	375.884	359.257			
Passivo de arrendamento		934	611			
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	-	376.78			
Impostos e contribuições a recolher	17	187.435	282.595			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		737	631			
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	8	315.422	106.702			
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		15.973	32.548			
Contribuição de iluminação pública		18.036	40.540			
Encargos setoriais		38.778	78.176			
Participação nos lucros		4.967	5.271			
Provisão para riscos judiciais	19	390.829	407.326			
Benefício pós-emprego	26	80.914	82.304			
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	-	349.220			
Outras contas a pagar		163.610	123.414			
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.221.043</b>	<b>2.822.722</b>			
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	15	2.013.848	1.394.944			
Debêntures	16	3.271.216	2.380.295			
Passivo de arrendamento		2.703	2.839			
Instrumentos financeiro derivativos	27.4	-	20.149			
Impostos e contribuições a recolher	17	2.638.250	2.522.099			
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	8	-	207.912			
Encargos setoriais		84.133	39.350			
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	230.478	126.599			
Provisão para riscos judiciais	19	496.023	490.842			
Benefício pós-emprego	26	720.421	966.137			
Outras contas a pagar		152.953	32.604			
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>9.610.025</b>	<b>8.183.770</b>			
<b>Passivo a descoberto</b>						
Capital social	21	3.385.861	3.385.861			
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.074.793)	(1.249.712)			
Reserva de capital		1.570	1.296			
Prejuízos acumulados		(5.930.969)	(5.492.081)			
<b>Total do passivo a descoberto</b>		<b>(3.618.331)</b>	<b>(3.354.636)</b>			
<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>		<b>8.212.737</b>	<b>7.651.856</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	22	5.339.988	4.792.835
Custo de construção	24	(3.110.432)	(2.826.022)
Custo da operação		(919.212)	(630.471)
<b>Custos de energia elétrica, construção e operação</b>		<b>(4.289.719)</b>	<b>(3.763.634)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.050.269</b>	<b>1.029.201</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	23	(316.680)	(132.087)
Despesas gerais e administrativas	23	(192.566)	(389.367)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	(115.756)	(33.779)
Outras despesas operacionais, líquidas	23.1	(140.603)	(168.481)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(765.605)</b>	<b>(723.714)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro</b>		<b>284.664</b>	<b>305.487</b>
Receitas financeiras	25	770.700	461.392
Despesas financeiras	25	(1.543.241)	(1.218.438)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(772.541)</b>	<b>(757.046)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(487.877)</b>	<b>(451.559)</b>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18	48.989	-
<b>Impostos sobre o lucro</b>		<b>48.989</b>	<b>-</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(438.888)</b>	<b>(451.559)</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação ordinária</b>	21.3	<b>(6.430.12)</b>	<b>(6.157.6)</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação preferencial</b>	21.3	<b>(6.430.12)</b>	<b>(6.157.6)</b>
<b>Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do exercício (em milhares de ações)</b>		<b>68.255</b>	<b>68.255</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(438.888)</b>	<b>(451.559)</b>
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa e benefícios pós-emprego	174.919	(158.994)
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>	<b>174.919</b>	<b>(158.994)</b>
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>(263.969)</b>	<b>(610.553)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(438.888)</b>	<b>(451.559)</b>
Ajustes para:		
Amortização	158.280	148.866
Baixa de intangível, financeiro e contratual	28.658	1.219
Encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas	758.915	344.162
Provisão para riscos judiciais	183.244	214.625
Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	115.756	33.779
Baixa de recebíveis incobráveis	9.377	50.208
Ajuste a valor presente	5.857	(30.833)
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	(215.024)	129.864
Atualização do ativo financeiro	(29.330)	(24.796)
Provisão e atualização dos encargos setoriais	46.798	49.684
Valores a devolver (receber) de parcela A e outros itens financeiros	(437.819)	(87.971)
Provisão para perdas de estoques	(14.646)	65.431
Participação nos lucros	5.525	5.549
Recebimentos de aplicações financeiras	(107.126)	(126.425)
Atualização de PIS/COFINS a recuperar	65.911	(4.617)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(48.989)	-
Plano de aposentadoria e pensão	98.933	97.090
Atualização geração distribuída	1.085	-
Valor justo das opções de compra	281	5.010
<b>184.498</b>	<b>419.286</b>	
<b>Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:</b>		
Contas a receber de clientes	(178.291)	(81.226)
Almoxarifado	(3.935)	31.707
Serviços pedidos	(40.886)	(75.200)
Impostos e contribuições a recuperar	34.090	40.088
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	16.973	(36.485)
Outros créditos a receber	11.026	(77.498)
Depósitos judiciais	2.278	(21.687)
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	28.573	14.565
Fornecedores	(200.931)	(81.548)
Fornecedores - risco sacado	8.063	21.642
Impostos e contribuições a recolher	222.647	394.960
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	(575)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(75.025)	(117.183)
Benefício pós-emprego	(81.992)	(80.799)
Contribuição de iluminação pública	(22.504)	40.540
Encargos setoriais	(41.413)	(91.246)
Participação nos lucros	(5.829)	(278)
Provisão para riscos judiciais	(132.101)	(121.977)
Outras contas a pagar	96.903	37.288
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais</b>	<b>(362.154)</b>	<b>(204.912)</b>
Recebimentos de aplicações financeiras	107.126	126.425
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(7.550)
Juros pagos	(531.457)	(530.554)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais</b>	<b>(601.987)</b>	<b>(197.305)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisições no ativo intangível	-	(27.271)
Aquisições de ativos de contrato	(788.782)	(606.156)
Resgate das aplicações financeiras	53.288	(279.000)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(735.494)</b>	<b>(912.427)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	399.953	1.012.871
Amortização de empréstimos e financiamentos	(279.136)	(726.531)
Captação de debêntures	1.136.891	1.176.319
Amortização de debêntures	(300.000)	(300.000)
Amortização do passivo de arrendamento	(1.283)	(3.050)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>956.425</b>	<b>1.159.609</b>
<b>Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(381.056)</b>	<b>49.877</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	464.985	415.108
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	83.929	464.985
<b>Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(381.056)</b>	<b>49.877</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>3.385.861</b>	<b>722</b>	<b>(1.090.718)</b>	<b>(5.040.522)</b>	<b>(2.744.657)</b>
Valor justo das opções de compra - vesting period		-	574	-	-	574
<b>Resultado abrangente do exercício</b>						
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		-	-	(173.099)	-	(173.099)
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa		-	-	14.105	-	14.105
Prejuízo do exercício		-	-	-	(451.559)	(451.559)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>3.385.861</b>	<b>1.296</b>	<b>(1.249.712)</b>	<b>(5.492.081)</b>	<b>(3.354.636)</b>
Valor justo das opções de compra - vesting period	212.1	-	274	-	-	274
<b>Resultado abrangente do exercício</b>						
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		-	-	264.057	-	264.057
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa		-	-	(89.138)	-	(89.138)
Prejuízo do exercício	27.4	-	-	-	(438.888)	(438.888)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>3.385.861</b>	<b>1.570</b>	<b>(1.074.793)</b>	<b>(5.930.969)</b>	<b>(3.618.331)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 2.4.2 Mensuração do valor justo. A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as

continua →

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

**1 Contexto operacional:** A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (Companhia ou CEEE-D), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controlada final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km<sup>2</sup> (\*), atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 1.957.519 (\*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balção Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), sob os códigos de negociação CEEED3 e CEED4. (\*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica.** Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 081/1999 (Contrato de Concessão), assinado em 25 de outubro de 1999, celebrado entre a ANEEL e a Companhia, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo, de 09 de dezembro de 2015, prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, 30 anos, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro, e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015. O 5º Termo Aditivo, de 25 de agosto de 2021, formalizou a transferência de controle societário da CEEE

→\*continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.

**3. Políticas contábeis materiais.** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.17 – Principais mudanças nas políticas contábeis.

**3.1 Receita operacional. 3.1.1 Reconhecimento de receita operacionais.** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir: (i) **Receita de distribuição.** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: (i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e (ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. (ii) **Receita pela disponibilidade - uso da rede elétrica.** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. (iii) **Receita de construção.** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. (iv) **Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis.** A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável). **3.2 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos, no passivo circulante. **3.3 Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável).** O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são fórmulas definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte atrelado do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR. Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme CPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4 Ativos Intangíveis. 3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes.** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2 Obrigações especiais.** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013. **3.4.3 Amortização.** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38). A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5 Ativos de contrato.** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6 Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído

para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (IFRS 23) (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.7 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros.** As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis); esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificados como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis); composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.8 Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável que sim do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. **3.8.1 Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.9 Benefícios a empregados. 3.9.1 Benefícios de curto prazo a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.9.2 Planos de contribuição definida.** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Essa abordagem reflete a prudência contábil, garantindo que os ativos sejam reconhecidos quando há uma expectativa de benefício econômico futuro. **3.9.3 Planos de benefício definido.** A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pela Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no exercício multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o exercício em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incremental relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **3.9.4 Transações de pagamento baseado em ações.** A Equatorial S.A. (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia. A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos). O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseado em ações concedidos aos executivos e colaboradores é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia com contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja líquido. **3.10 Capital social. 3.10.1 Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) – Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa. **3.10.2 Ações preferenciais não resgatáveis.** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **3.11 Instrumentos financeiros. 3.11.1 Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.11.2 Classificação e mensuração subsequentes. (a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. (b) **Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado

à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. (c) **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. (d) **Ativos financeiros - mensuração**

subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Ativos financeiros a custo amortizado

Instrumentos de dívida a VJORA

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. (e) **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas.** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.11.3 Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. (b) **Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transmitem pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.11.4 Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.11.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge.** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embuídos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo. (a) **Hedge de fluxo de caixa.** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 27.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros. **3.12 Redução ao valor recuperável (Impairment). 3.12.1 Ativos financeiros não derivativos.** A Companhia reconhece estimativas para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 27.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros para maiores detalhes. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **3.12.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação.** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado do ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que Companhia já reconhece estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.12.1.1 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas.** A Companhia adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa 27.5.a.ii. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem

continua →

←continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

correlação direta ao nível de inadimplência. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto à Alta Administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.12.3 Ativos não financeiros.** A Companhia possui apenas uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), quando consideradas individualmente, que geram entradas e saídas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa produzidas por outros ativos da Companhia ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, procede-se ao teste de *impairment* (redução ao valor recuperável) que consiste na comparação entre o valor líquido contábil dos ativos com o seu valor recuperável, definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme nota explicativa nº 12.2 *Impairment*. **3.13 Ajuste a valor presente (AVP).** **3.13.1 Parcelamentos de contas a receber.** A Companhia utiliza 11,56% como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. **3.13.2 Outros ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.14 Provisão para riscos judiciais.** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA).** A Companhia elabora a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis da Companhia, conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **3.16 Questões climáticas.** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são: • Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas; e • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa. **3.17 Principais mudanças nas políticas contábeis.** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **3.17.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ( <i>Sale and Leaseback</i> ) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgações de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

**3.17.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e Créditos de Descarbonização (CBO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio a vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026

**Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade**  
 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.

**IFRS 18:** Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis  
 A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtítulos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtítulos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.

A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.

**IFRS 19:** Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações  
 Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**4. Assuntos regulatórios. 4.1 Bandeiras tarifárias.** Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuado nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 31 de dezembro de 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2024 e 2023.

	2024			2023		
	Vencidos Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Vencidos Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Janeiro	Verde			Verde		
Fevereiro	Verde			Verde		
Março	Verde			Verde		
Abril	Verde			Verde		
Mai	Verde			Verde		
Junho	Verde			Verde		
Julho	Amarela			Verde		
Agosto	Verde			Verde		
Setembro	Vermelha 1			Verde		
Outubro	Vermelha 2			Verde		
Novembro	Amarela			Verde		
Dezembro	Verde			Verde		

**4.2 Sobrecontratação de energia.** As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009 de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 103,92% em 31 de dezembro de 2024 (106,91% em 31 de dezembro de 2023), dentro do limite de repasse às tarifas. **4.3 Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2024.** O reajuste e as revisões são mecanismos pelos quais as tarifas de energia elétrica podem ser alteradas. Estão previstos nos contratos de concessão e permissão a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, conforme Lei 8987/1995. O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. O reajuste acontece anualmente, na data de "aniversário" do contrato de concessão. Nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, as Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. No ano de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.413 de 19 de novembro de 2024, foram reajustadas, em média, 4,67%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. **4.4 Encargos regulatórios.** A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.514/2012 (P&D e PEE) e a recolher (Fundação Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

De 01/01/2024 até 31/12/2025						
P&D (% da ROL)			PEE (% da ROL)			
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	Até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	Até 0,12	0,1

• **Conta de desenvolvimento energético (CDE):** • Encargo de serviços do sistema (ESS); e • Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes. **4.5 Marco Legal - Geração Distribuída.** A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei nº14.300/2022, foi considerada a marco legal da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução abrange, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29 de dezembro de 2022, definiu os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE). Esses percentuais são utilizados para estabelecer a tarifa de aplicação no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). A Companhia possui em sua carteira de clientes unidades consumidoras classificadas como MMGD. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo no qual a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com MMGD é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou de outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor acumula um excedente de energia, que é registrado como um crédito a ser compensado em futuras faturas. Esse crédito é considerado um passivo a restituir ao consumidor.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	43.433	21.656
<b>Equivalentes de caixa (a)</b>		
Investimentos	40.496	443.329
Certificado de Depósito Bancário – CDB (b)	40.496	443.329
<b>Subtotal de equivalentes de caixa</b>	<b>83.929</b>	<b>464.985</b>

a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e b) A variação no exercício decorre principalmente em função dos investimentos realizados pela Companhia e pelos movimentos gerados por empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme demonstrados na nota explicativa nº 15.2 - Movimentação de empréstimos e financiamentos e nº 16.1 - Movimentação de debêntures. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 101,70% do CDI (102,53% em 31 de dezembro de 2023).

**6 Aplicações financeiras**

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
<b>Fundos de investimentos (a)</b>		
Cotas de fundos de investimentos	789.159	841.653
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	12.366	13.511
Títulos públicos	391	-
<b>Total</b>	<b>801.916</b>	<b>855.204</b>

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas; e (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 14 – Fornecedores. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 98,82% do CDI (103,60% em 31 de dezembro de 2023).

**7 Contas a receber de clientes**

**7.1 Composição dos saldos**

	2024			2023				
	Vencidos Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Vencidos Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total		
Residencial	186.672	107.937	390.394	685.003	179.255	90.347	437.515	707.117
Industrial	8.190	2.513	11.600	22.303	8.339	3.134	5.758	69.051
Comercial	81.007	28.745	120.218	229.970	80.121	29.052	217.924	326.467
Rural	20.195	9.354	19.260	48.809	15.904	6.502	26.339	48.745
Poder público	11.913	1.238	827	13.978	13.052	1.337	13.400	27.789
Iluminação pública	10.112	437	8.168	18.717	9.595	684	39.768	50.047
Serviço público	3.833	176	36	4.045	9.719	509	2	10.230
Contas a receber de consumidores faturados	321.922	150.400	550.503	1.022.825	315.985	131.565	791.896	1.239.446
Residencial	105.425	20.987	148.506	274.918	116.179	19.614	145.517	281.310
Industrial	4.523	435	5.390	10.348	5.555	328	9.377	15.260
Comercial	61.797	5.753	71.601	139.151	50.692	4.436	84.663	139.791
Rural	26.605	697	4.508	31.810	27.279	698	4.633	32.610
Poder público	7.1615	397	400	72.412	67.194	44	59	67.297
Iluminação pública	52.033	301	437	52.771	62.320	501	4.431	67.252
Serviço público	115	1	-	116	69	-	-	69
Parcelamentos (a)	322.113	28.571	230.842	581.526	329.288	25.621	248.680	603.589

	2024			2023				
	Vencidos Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Vencidos Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total		
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	240.571	-	240.571	239.773	-	239.773		
Baixa renda (c)	12.326	-	12.326	10.783	-	10.783		
Outras	21.626	-	21.626	7.541	-	7.541		
Subtotal	918.558	178.971	781.345	1.878.874	903.370	157.186	1.040.576	2.101.132
(-) PECLD (61.704)	(39.011)	(607.113)	(707.828)	(75.396)	(32.906)	(878.297)	(986.599)	
Total contas a receber de clientes	856.854	139.960	174.232	1.171.046	827.974	124.280	162.279	1.114.533
Circulante				1.041.486				970.078
Não circulante				129.560				144.455

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 175.245 e (R\$ 169.388 em 31 de dezembro de 2023), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 5.857, conforme nota explicativa nº 25 – Resultado financeiro; (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil. A variação refere-se, principalmente, ao fato de que no exercício de 2023 não ocorreram ocasiões de tarifa bandeira, ao contrário do ocorrido em 2024 e a alteração da alíquota de PIS/COFINS, com decréscimo de 6,35% para 1,65%; e (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

**7.2 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa**

	2023		2024	
	Reversões (b)	Baixas (c)	Reversões (b)	Baixas (c)
Contas a receber de consumidores faturados	(682.085)	41.625	200.848	(439.612)
Parcelamentos	(280.467)	(31.181)	61.701	(249.947)
Contas a receber de consumidores não faturados	(6.474)	643	-	(5.831)
Outras (a)	(17.573)	(117.631)	122.766	(12.438)
<b>Total</b>	<b>(986.599)</b>	<b>(106.544)</b>	<b>385.315</b>	<b>(707.828)</b>

	2022		2023	
	Reversões	Baixas (c)	Reversões	Baixas (c)
Contas a receber de consumidores faturados	(648.484)	(82.996)	49.395	(682.085)
Parcelamentos	(278.632)	(2.638)	803	(280.467)
Contas a receber de consumidores não faturados	(3.939)	(2.535)	-	(6.474)
Outras (a)	(21.765)	4.182	10	(17.573)
<b>Total</b>	<b>(952.820)</b>	<b>(83.987)</b>	<b>50.208</b>	<b>(986.599)</b>

(a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000; (b) A movimentação líquida do exercício gerou uma provisão, no montante de R\$ 106.544, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 23 – Custos do serviço e despesas operacionais, ocasionado, também, pelas negociações realizadas com os maiores ofensores provisionados, conforme orientação do plano de recuperação da PECLD da Companhia; e (c) Referente à baixa da PECLD de títulos, que foram efetivamente baixados do contas a receber.

**8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros**

	2023	
--	------	--

← continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

R\$ 170.317, sendo R\$ 454.145 pelo efeito negativo processo tarifário; (c) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas, que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi para cobrir as despesas com Encargo de Energia Reserva, que tem se realizado acima da cobertura tarifária até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a conta de ESS que resultou em uma constituição negativa de R\$ 17.960, sendo R\$ 22.511 referente a constituição positiva do exercício referente a CVA ESS e R\$ 40.471 referente efeito negativo de efeito reajuste. O impacto da amortização positiva para exercício foi de R\$ 5.799, sendo R\$ 38.742 pelo impacto positivo do efeito reajuste; (d) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no exercício de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para esse exercício foi constituído o montante negativo de R\$ 17.681, sendo R\$ 3.725 se refere ao efeito negativo do processo tarifário. O impacto da amortização positiva para o exercício foi de R\$ 75.849, sendo que R\$ 73.881 se refere a amortização do exercício e R\$ 1.968 refere se ao efeito positivo do processo tarifário; (e) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores; (f) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada, performando amortização negativa de R\$ 12.330, sendo que R\$ 11.403 se refere à amortização do exercício e R\$ 927 se refere ao efeito negativo do processo tarifário; (g) A Companhia registrou a entrada de recursos no montante de R\$ 26.987, conforme Despacho Aneel nº 1239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. A Companhia contabilizou um impacto negativo de R\$ 6.304 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, resultante da amortização do componente financeiro associado a esses repasses, sendo que R\$ 25.540 se refere ao efeito negativo do processo tarifário; e (h) O saldo total de amortização de outros foi afetado principalmente pelas amortizações de diferimento de parcela B negativo em R\$ 97.402, pela quitação da conta COVID/Escassez negativo em R\$ 70.240, pela Recomposição Itaipu negativa em R\$ 73.297 e pelo financeiro de recálculo referente a TRP 2021 negativamente em R\$ 31.235. Os demais itens somados totalizam positivamente um valor de R\$ 4.082 e inclui financeiros como reversão de créditos associados a REN 376 e 414, neutralidade COVID, garantias financeiras, entre outros. O saldo total de constituição de outros foi afetado principalmente pelas constituições de Diferimento de Parcela B positivo em R\$109.000, pela Quitação da Conta COVID/ Escassez positivo em R\$ 78.603, Reversão de créditos Associados a REN 376 e 414 negativo em 644. Os demais itens somados totalizam negativamente um valor de R\$ 142.466 e inclui financeiros como Encargo Escassez hídrica, Encargo COVID, Garantias Financeiras entre outros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11.906 (R\$ 17.370 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 73.726 (R\$ 1.568 em 31 de dezembro de 2023) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 38.180 (R\$ 15.802 em 31 de dezembro de 2023) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

## 9 Impostos e contribuições a recuperar

	2024	2023
Circulante		
ICMS a recuperar	45.541	42.701
PIS e COFINS	9.297	9.303
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	189.207	326.191
Outros	637	299
<b>Total circulante</b>	<b>244.682</b>	<b>378.494</b>
Não circulante		
ICMS a recuperar	78.779	116.041
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	248.037	225.752
<b>Total não circulante</b>	<b>326.816</b>	<b>341.793</b>
<b>Totais impostos e contribuições a recuperar</b>	<b>571.498</b>	<b>720.287</b>

(a) A Companhia possui um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 437.244 (R\$ 551.943 em 31 de dezembro de 2023), líquido de compensação com impostos federais, após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito e julgado da ação, conforme nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Esse saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda sobre folha de pagamento, PIS e COFINS e retenções federais.

## 10 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

	2024	2023
<b>Outras contas a receber</b>		
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a) 2.160	4.796
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a) 3.047	6.377
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a) 711	1.808
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a) 1.029	2.531
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a) 241	564
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a) 2.565	3.872
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a) 17	37
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a) 16	35
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a) 19	46
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a) 79	144
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a) 17	39
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a) 17	40
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a) –	11
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a) 34	73
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(a) –	14
<b>Total</b>	<b>9.952</b>	<b>20.362</b>
<b>Outros créditos a receber – Intercompany</b>		
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b) 37	2
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b) 1.909	3.810
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b) 37	456
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b) 405	729
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b) 27	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b) 518	255
<b>Total</b>	<b>2.933</b>	<b>5.252</b>

## Formecedores

	2024	2023
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c) (283)	(424)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c) –	(80)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c) (144)	(231)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c) (74)	(116)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(c) (4)	(12)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c) (1.162)	(–)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(e) (208)	(1.719)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(e) (186)	(1.700)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(e) (272)	(2.474)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(e) (489)	(4.672)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(e) (140)	(1.827)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(e) (280)	(2.536)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(e) –	(193)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(e) (251)	(2.851)
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(e) –	(216)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial - ICT	(f) (1.996)	(11.304)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(f) (1.612)	(4.812)
Equatorial Serviços S.A.	(g) (7.186)	(30.497)
<b>Total</b>	<b>(14.287)</b>	<b>(53.088)</b>
<b>Outras contas a pagar</b>		
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a) (4.314)	(17.721)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a) (1.524)	(7.550)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a) (1.022)	(3.249)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a) (552)	(2.391)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a) (239)	(710)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a) (2.489)	(4.289)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a) (6)	(15)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a) (11)	(31)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a) (3)	(10)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a) (126)	(476)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a) (5)	(15)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a) (1)	(7)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a) –	(9)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a) (16)	(37)
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(a) –	(26)
<b>Controladora indireta</b>		
Equatorial S.A.	(h) (21.101)	(43.915)
<b>Entidade é plano de benefício pós-emprego</b>		
Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV	–	(142)
<b>Total</b>	<b>(31.409)</b>	<b>(80.558)</b>

**Investimentos em serviço – (bens em comodato)**  
**Entidade é membro do mesmo grupo econômico**  
 Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.  
 Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
(i)	–	–	205	(205)
(j)	112	(112)	118	(118)

(a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL; (b) Os valores são provenientes da venda de materiais; (c) Os valores são provenientes da compra de materiais; (d) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet pela Equatorial Telecomunicações S.A.; (e) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (f) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT) referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa. Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto no montante de R\$ 2.861; (g) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de call center, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados; (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a CEEE-D (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (i) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. para a CEEE-D, de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, cuja devolução ocorreu em 2024; e (j) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. para a CEEE-D, de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes, a critério das partes. **10.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração.** O pessoal-chave da Administração, Conselho de Administração, o Presidente e Diretores, incluindo o Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. A remuneração anual total fixada em até R\$ 5.400 (R\$ 5.200 em 31 de dezembro de 2023), conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2024. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 26 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social. Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21.2 – Plano de opção de compra de ações. Proporcão de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2024	%
Remuneração fixa anual	2.129	65%
Salário ou Pró-labore	2.081	64%
Benefícios diretos e indiretos	48	1%
Remuneração variável	863	26%
Remuneração baseada em ações	282	9%
Valor total da remuneração	3.274	100%

**10.2. Garantias.** A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia, com ônus<sup>(\*)</sup>, nos contratos de empréstimos, financiamento e debêntures e sem ônus nas apólices de seguros abaixo listados:

Instituição	Valor contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2024 (a)
1ª Emissão de Debêntures 1ª Série	1.200.000	100	19/08/2021	15/08/2026	1.200.000	621.167
1ª Emissão de Debêntures 2ª Série	300.000	100	19/08/2021	15/09/2029	300.000	370.465
1ª Nota Comercial	400.000	100	17/10/2022	14/10/2027	400.000	410.233
2ª Emissão de Debêntures 1ª Série	250.000	100	23/12/2022	15/12/2029	250.000	275.286
Citibank	583.800	100	30/06/2023	27/01/2027	583.800	743.206
Bank of America	233.760	100	06/07/2023	29/01/2027	233.760	305.771
2ª Emissão de Debêntures Série Única	180.000	100	09/08/2023	15/07/2030	180.000	191.419
BNDES 21/22/23	200.000	100	27/09/2023	15/12/2036	200.000	191.272
4ª Emissão de Debêntures Série Única	1.000.000	100	20/12/2023	11/12/2029	1.000.000	1.003.612
5ª Emissão de Debêntures Série Única	250.000	100	19/06/2024	15/05/2036	250.000	247.976
6ª Emissão de Debêntures Série Única	500.000	100	09/08/2024	05/08/2030	500.000	521.315
7ª Emissão de Debêntures Série Única	420.000	100	04/10/2024	15/09/2036	420.000	415.680
Santander	400.000	100	29/11/2024	29/11/2027	400.000	404.080
Apólices de Seguros	444.071	100	13/11/2022	01/11/2029	N/A	N/A
<b>Total</b>	<b>6.361.631</b>				<b>5.917.560</b>	<b>5.701.662</b>

(\*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. (a) Os valores atualizados de debêntures e empréstimos estão líquidos de custo de captação. **11. Ativo financeiro da concessão.** A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Transfêrencia - Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2024
Ativo financeiro	787.369	39.540	148.017	(4.284)	970.642
Obrigações especiais (c) (177.973)	–	(9.910)	–	–	(187.883)
<b>Total ativo financeiro da concessão</b>	<b>609.396</b>	<b>29.630</b>	<b>148.017</b>	<b>(4.284)</b>	<b>782.759</b>

	2022	Atualização do ativo financeiro (a)	Transfêrencia - Ativos de contrato (b)	2023
Ativo financeiro	680.923	28.921	77.525	787.369
Obrigações especiais (c)	(195.821)	(4.125)	21.973	(177.973)
<b>Total ativo financeiro da concessão</b>	<b>485.102</b>	<b>24.796</b>	<b>99.498</b>	<b>609.396</b>

(a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Maiores informações na nota explicativa nº 22 – Receita operacional líquida; (b) Correspondem às transfêrencias (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e (d) Valores correspondentes às baixas dos ativos vinculados a infraestrutura. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. **12. Intangível.** O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	2024			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	Valor líquido
Em serviço	4,11%	5.152.818	(2.349.348)	(192.185)
Total		5.152.818	(2.349.348)	2.611.285

	2023			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	Valor líquido
Em serviço	4,11%	4.661.243	(2.285.165)	(187.364)
Total		4.661.243	(2.285.165)	1.878.714

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitados à data do contrato de concessão até agosto de 2045, conforme ICPC 01(R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão. **12.1. Movimentação do ativo intangível**

	Transfêrencias				
	2023	Adições	Baixas	Ativos de contrato (a)	2024
Em serviço	4.661.243	–	(126.337)	617.912	5.152.818
(-) Amortização	(2.285.165)	(168.146)	103.963	–	(2.349.348)
Total em serviço	2.376.078	(168.146)	(22.374)	617.912	2.803.470
Obrigações especiais (b)	(293.504)	–	–	(16.248)	(309.752)
(-) Amortização	106.140	11.427	–	–	117.567
Total em obrigações especiais	(187.364)	11.427	–	(16.248)	(192.185)
<b>Total</b>	<b>2.188.714</b>	<b>(156.719)</b>	<b>(22.374)</b>	<b>601.664</b>	<b>2.611.285</b>

	Transfêrencias				
	2022	Adições	Baixas	Ativos de contrato (a)	2023
Em serviço	4.490.140	28.621	(40.422)	182.904	4.661.243
(-) Amortização	(2.171.945)	(153.058)	39.838	–	(2.285.165)
Total em serviço	2.318.195	(124.437)	(584)	182.904	2.376.078
Obrigações especiais (b)	(265.402)	(6.129)	–	(21.973)	(293.504)
(-) Amortização	95.731	10.409	–	–	106.140
Total em obrigações especiais	(169.671)	4.280	–	(21.973)	(187.364)
<b>Total</b>	<b>2.148.524</b>	<b>(120.157)</b>	<b>(584)</b>	<b>160.931</b>	<b>2.188.714</b>

(a) Correspondem às transfêrencias (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. **12.2. Impairment. • Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida.** A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e considerou, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuou revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

**15.2. Movimentação de empréstimos e financiamentos.** A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	28.700	581.822	264.179	813.122	1.687.823
Ingressos	-	400.000	-	-	400.000
Encargos	66.584	-	77.569	-	144.153
Varição monetária e cambial	1.078	8.262	31.151	225.903	266.394
Transferências	15.214	(15.214)	-	-	-
Amortizações de principal	(15.900)	-	(263.236)	-	(279.136)
Pagamentos de juros	(65.268)	-	(99.711)	-	(164.979)
Custo de captação (a)	354	(47)	-	-	307
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>30.762</b>	<b>974.823</b>	<b>9.952</b>	<b>1.039.025</b>	<b>2.054.562</b>

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	11.464	985.759	256.008	250.129	1.503.360
Ingressos	-	200.000	-	817.560	1.017.560
Encargos	216.971	(86.037)	38.112	-	169.046
Varição monetária e cambial	122	1.453	(20.998)	(28.043)	(47.466)
Transferências	514.664	(514.664)	226.524	(226.524)	-
Amortizações de principal	(500.000)	-	(226.531)	-	(726.531)
Pagamentos de juros	(215.304)	-	(8.936)	-	(224.240)
Custo de captação (a)	783	(4.689)	-	-	(3.906)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>28.700</b>	<b>581.822</b>	<b>264.179</b>	<b>813.122</b>	<b>1.687.823</b>

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

**15.3. Ingressos**

Instituição	Data do Pagamento		Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
	Ingresso	Amortização de Juros			
Banco Santander	400.000	nov-24	Semestral	Capital Giro	CDI + 1,10%
<b>Total</b>	<b>400.000</b>				

**15.4. Cronograma de amortização da dívida.** Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento Circulante	2024	
	Valor	%
2026	40.714	2%
2027	90.559	4%
2028	1.780.968	87%
2029	16.251	1%
Até 2036	16.251	1%
Subtotal	113.760	5%
Custo de captação (Não circulante)	2.017.789	98%
Não circulante	(3.941)	-
<b>Total</b>	<b>2.013.848</b>	<b>98%</b>
	2.054.562	100%

**15.5. Covenants dos empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e covenants não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Bank of America	Citibank	Nota Comercial	Santander
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,6	3,6	3,6	3,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nesses contratos. Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui covenants financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. Para o ano de 2024, a apuração da Companhia, indica, cumprimento da intervenção garantidora Equatorial S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nesses contratos.

**16. Debêntures. 16.1. Movimentação de debêntures.** A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	359.257	2.380.295	2.739.552
Ingressos	-	1.170.000	1.170.000
Encargos	307.503	-	307.503
Transferências	295.811	(295.811)	-
Amortização de principal	(300.000)	-	(300.000)
Pagamento de juros	(289.099)	-	(289.099)
Varição monetária e cambial	49.841	-	49.841
Custo de captação (a)	2.412	(33.109)	(30.697)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<b>375.884</b>	<b>3.271.216</b>	<b>3.647.100</b>

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	371.875	1.473.928	1.845.803
Ingressos	-	1.180.000	1.180.000
Encargos	199.358	-	199.358
Transferências	298.698	(298.698)	-
Amortização de principal	(300.000)	-	(300.000)
Pagamento de juros	(211.975)	-	(211.975)
Varição monetária e cambial	-	28.746	28.746
Custo de captação (a)	1.301	(3.681)	(2.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	359.257	2.380.295	2.739.552

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

**16.2. Ingressos**

Emissão	Data do Ingresso		Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
	Ingresso	Amortização					
5ª Emissão - Série Única	250.000	jun-24	Semestral	Anual após carência	Investimento em Capital de Giro	IPCA + 6,55936% CDI + 0,29%	
6ª Emissão - Série única	500.000	ago-24	Semestral	Anual após carência	Giro	CDI + 1,05%	
7ª Emissão - Série única	420.000	out-24	Semestral	Anual após carência	Investimento em Capital de Giro	IPCA + 6,6493% CDI + 0,24%	
<b>Total</b>	<b>1.170.000</b>						

**16.3. Cronograma de amortização da dívida.** As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento Circulante	2024	
	Valor	%
2026	375.884	10%
2027	300.000	8%
2028	200.000	5%
2029	748.384	21%
Até 2036	1.118.467	31%
Subtotal	943.045	26%
Custo de captação (Não circulante)	3.309.896	91%
Total não circulante	(38.680)	-1%
<b>Total debêntures</b>	<b>3.271.216</b>	<b>90%</b>
	3.647.100	100%

**16.4. Características das debêntures**

Emissão	Característica	Série	Garantias	Data da Emissão		Venc. Final	Passivo não circulante	Passivo circulante	Saldo líquido do custo de captação
				Valor da Emissão	Custo Nominal				
1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	Fiança	1.200.000	a.a.	ago/21 ago/26	325.942	295.225	621.167
			Aval	IPCA +					
1ª (a)	(1)/(3)/(4)	2ª	Fiança	300.000	5,4% a.a.	ago/21 set/29	7.272	363.193	370.465
			Aval	CDI +					
2ª (a) (b)	(1)/(3)/(4)	1ª	Fiança	250.000	1,08% a.a.	dez/22 dez/29	753	274.533	275.286
			Aval	IPCA +					
3ª	(1)/(3)/(6)	Única	Fiança	180.000	6,50% a.a.	ago/23 jul/30	5.704	185.715	191.419
			Aval	CDI +					
4ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	Fiança	1.000.000	1,65% a.a.	dez/23 dez/29	6.120	997.492	1.003.612
			Aval	CDI +					
5ª (a) (b)	(1)/(3)/(6)	Única	Fiança	250.000	0,29% a.a.	jun/24 mai/36	1.067	246.909	247.976
			Aval	CDI +					
6ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	Fiança	500.000	1,05% a.a.	ago/24 ago/30	22.565	498.750	521.315
			Aval	CDI +					
7ª (b)	(1)/(3)/(4)	Única	Fiança	420.000	0,24% a.a.	out/24 set/36	6.461	409.399	415.860
			Aval	IPCA +					

(1) Emissão pública de debêntures simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie Quirografária; (5) Debêntures Incentivadas; (6) Garantia Fidejussória. (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura; e (b) Considera-se no custo da 2ª Debêntures, 1ª série, 5ª Debêntures e 7ª Debêntures, o custo da ponta passiva do swap. As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 e posteriormente pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatório aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados ou protocolados junto ao MME - Ministério de Minas

Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim. **16.5. Covenants das debêntures.** As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e covenants não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,6	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

**17. Impostos e contribuições a recolher**

	2024	2023
Circulante		
ICMS	24.031	30.103
ICMS parcelamento (a)	117.494	105.990
PIS e COFINS	15.213	132.312
Parcelamento Federal (b)	12.939	942
ISS	8.719	4.135
Outros	9.039	9.113
Subtotal	187.435	282.595
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	2.610.406	2.522.099
Parcelamento Federal (b)	27.844	-
Subtotal	2.638.250	2.522.099
Total	2.825.685	2.804.694

(a) De acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado. Do saldo remanescente, R\$ 50.996, refere-se a parcelamentos ordinários, e R\$ 2.676.904 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa "REFAZ Energia Elétrica"), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.455.847	-	1.455.847
Multa	387.512	(232.507)	155.005
Juros	833.545	(500.127)	333.418
Total	2.676.904	(732.634)	1.944.270

b) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais. A Companhia optou por utilizar o crédito de prejuízo fiscal e base negativa para abatimento de 50% do débito regularizado, conforme estabelecido pela Lei, e procedeu com as devidas contabilizações de baixa do diferido.

**17.1 Cronograma de pagamento dos parcelamentos de ICMS**

Expectativa de ICMS parcelamento a recolher	2024		2023	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	117.494	4%	117.494	4%
2026	106.107	4%	106.107	4%
2027	117.816	4%	117.816	4%
2028	106.083	4%	106.083	4%
2029	112.903	4%	112.903	4%
Após 2029	2.167.497	80%	2.167.497	80%
Não circulante	2.610.406	96%	2.610.406	96%
Total	2.727.900	100%	2.727.900	100%

**18. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos: 18.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social.** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL	(487.877)	(487.877)	(451.559)	(451.559)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	121.969	43.909	112.890	40.640
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro</b>				
Outras adições (reversões) permanentes	12.295	4.453	156.969	62.711
Atualização de Indébito tributário	10.845	3.904	16.977	6.112
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	36.022	12.968	-	-
Diferença temporária não reconhecidos	38.607	13.897	(193.234)	(75.685)
Prejuízo fiscal e base Negativa não reconhecidos	(183.717)	(66.163)	(93.602)	(33.778)
<b>IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado</b>	<b>36.021</b>	<b>12.968</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	7%	3%	-	-
Imposto Diferido (a)	36.021	12.968	-	-

(a) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais. A Companhia optou por utilizar o crédito de prejuízo fiscal e base negativa para abatimento de 50% no parcelamento de tributos federais conforme estabelecido pela Lei. O referido imposto diferido foi reconhecido no resultado e consumido dentro do próprio ano. **18.2 Impostos diferidos não reconhecidos.** A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turn around* e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 2.842.895 (R\$ 2.645.637 em 31 de dezembro de 2023) a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	2024		2023	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	8.135.710	2.033.928	7.437.242	1.859.311
Base negativa de CSLL				

← continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

tributários no total de R\$ 152.667, referentes a tributos federais, PIS, COFINS e retenções federais, por meio de PER/DCOMP; (iv) R\$ 70.930 relativos ao ressarcimento referente a devolução a maior ao consumidor via Reajuste Tarifário; e (v) amortização do passivo referente ao ressarcimento aos consumidores, no valor de R\$ 349.220.

	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Circulante – nota explicativa nº 9	189.207	326.191
Não circulante – nota explicativa nº 9	248.037	225.752
PIS e COFINS a recuperar	437.244	551.943
<b>Passivo</b>		
Circulante	-	349.220
Não circulante	230.478	126.599
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	230.478	475.819
<b>Expectativa de PIS/COFINS a recuperar</b>		

	2024	
	Valor	%
Circulante	189.207	44%
2026	189.207	43%
2027	58.830	13%
Não circulante	248.037	56%
Total	437.244	100%

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a companhia realizou atualização financeira, referente à taxa SELIC, no montante de R\$ 37.968 (R\$ 4.617 em 31 de dezembro de 2023), sobre a qual houve incidência de PIS/COFINS, no montante de R\$ 1.766 (R\$ 215 em 31 de dezembro de 2023), conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
<b>Resultado</b>		
<b>(+) Receita financeira</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
PIS/COFINS consumidores a restituir	37.968	4.617
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(1.766)	(215)
<b>Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>36.202</b>	<b>4.402</b>

**21. Passivo a descoberto: 21.1 Capital social.** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.385.861 (R\$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentos e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

	2024			
	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	Total	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.920.583	1.087	64.921.670	95,12%
Eletrobras	3.067.033	87.638	3.154.671	4,62%
Outros	103.300	75.289	178.589	0,26%
<b>Total</b>	<b>68.090.916</b>	<b>164.014</b>	<b>68.254.930</b>	<b>100,00%</b>

**21.2 Planos de opção de compra de ações.** A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualificam para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício. Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., por intermédio de um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **21.2.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações.** No dia 22 de julho de 2019, por meio de AGE, os acionistas da Equatorial S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis. Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tomam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

	4ª Outorga	
		Opções exercíveis
<b>Vesting Date</b>		
11/03/2023		37.500
11/03/2024		37.500
11/03/2025		37.500
11/03/2026		37.500

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga. As ações sujeitas as regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas. O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo "Black & Scholes" de precificação das opções que considera os juros e condições da concessão dos instrumentos. As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

	2024
Valor justo na data de outorga	12,15
Data da outorga: 03/04/2023	
Quantidade outorgada	150.000
Preço da ação na data de outorga	26,88
Valor justo ponderado do vesting period	26,04
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,53%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,16%

**a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.** Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o exercício e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura. **b. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.** O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2023 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos. **c. Forma de determinação da volatilidade esperada.** Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

	Média ponderada		Média ponderada	
	Número de Opções	do preço de exercício	Número de Opções	do preço de exercício
<b>Em opções</b>				
Existentes em 1º de janeiro	150.000	23,00	150.000	23,59
Transferidas durante o exercício	-	-	-	-
Encerradas durante o exercício	(37.500)	-	-	-
Encerramento ao fim do exercício da 6ª Outorga	112.500	26,04	-	-
<b>Existentes ao fim do exercício</b>	<b>112.500</b>	<b>-</b>	<b>150.000</b>	<b>-</b>

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 274 (R\$ 574 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base. **21.2.2 Plano de outorga de "Phantom Shares" - Contrato 2019.** Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo Equatorial ("Grupo") criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar no longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a "Phantom Shares", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "Phantom Shares" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "Phantom Shares" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Equatorial S.A. ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de Performance pela Companhia. **a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.** O Preço das "Phantom Shares" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026. **b. Forma de cálculo da despesa do programa.** Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de performance fossem atingidas:

	Média ponderada		Valor justo ponderado do preço	
	Número de Opções	do preço de exercício	Número de Opções	do preço
<b>Em ações</b>				
Existentes em 1º de janeiro	135.000	33,35	85.000	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	50.000	-
Revertidas durante o exercício	(25.000)	-	-	-
<b>Existentes ao fim do exercício</b>	<b>110.000</b>	<b>31,15</b>	<b>135.000</b>	<b>33,35</b>

Para o plano de "Phantom shares", referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma provisão de R\$ 46 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (provisão de R\$ 4.307 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base. Este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%. O plano de "Phantom shares" está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno

(TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. **21.2.3 Plano de outorga de "Phantom Shares" – Contrato 2023.** Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a relação dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a "Phantom Shares", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de Phantom Shares Vestidas a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de Performance sobre a Quantidade Alvo nos termos acima. **a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.** O Preço das "Phantom Shares" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga ("1º Período de Carência"); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga ("2º Período de Carência"); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga ("3º Período de Carência"); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga ("4º Período de Carência"). **b. Forma de cálculo da despesa do programa.** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de performance fossem atingidas:

	Média ponderada		Valor justo ponderado do preço	
	Número de Opções	do preço de exercício	Número de Opções	do preço
<b>Em ações</b>				
Existentes em 1º de janeiro	60.343	-	60.343	-
Outorgadas durante o exercício	2.109	-	-	-
<b>Existentes ao fim do exercício</b>	<b>62.452</b>	<b>32,19</b>	<b>60.343</b>	<b>33,28</b>

Para o plano de "Phantom shares", referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma reversão de R\$ 53 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 129 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base. Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo. **21.3 Prejuízo por ação.** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per share), a tabela a seguir concilia o prejuízo do exercício com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído.

	2024			2023		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Prejuízo do exercício	(437.833)	(1.055)	(438.888)	(450.474)	(1.085)	(451.559)
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações	68.091	164	68.255	68.091	164	68.255
Prejuízo básico e diluído por ação	(6,43012)	(6,43012)	(6,43012)	(6,61577)	(6,61577)	(6,61577)

	2024					2023				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(45.118)	(34.213)	(38.552)	-	(117.883)	(35.267)	(28.655)	-	(165.611)	(229.533)
Material	(16.399)	(443)	(3.800)	-	(20.642)	(9.968)	(672)	-	1.172	(9.468)
Serviços de terceiros	(49.819)	(275.256)	(77.641)	-	(402.716)	(144.421)	(100.849)	-	(93.544)	(338.814)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(3.110.432)	-	-	-	(3.110.432)	(2.826.022)	-	-	-	(2.826.022)
Custo de construção (b)	(919.212)	-	-	-	(919.212)	(630.471)	-	-	-	(630.471)
PECLD (c)	-	-	-	(106.544)	(106.544)	-	-	-	(33.779)	(33.779)
Provisão para riscos judiciais (d)	-	-	(56.314)	-	(56.314)	-	-	-	(94.446)	(94.446)
Amortização	(147.884)	-	(10.398)	-	(158.282)	(119.634)	-	-	(29.232)	(148.866)
Outros	(855)	(6.768)	(5.861)	(9.212)	(22.696)	2.149	(1.911)	-	(7.706)	(7.468)
<b>Total</b>	<b>(4.289.719)</b>	<b>(316.680)</b>	<b>(192.566)</b>	<b>(115.756)</b>	<b>(4.914.721)</b>	<b>(3.763.634)</b>	<b>(132.087)</b>	<b>-</b>	<b>(389.367)</b>	<b>(33.779)</b>

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Energia elétrica comprada para revenda; (b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados às construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 13 – Ativos de contrato e 22 – Receita operacional líquida; (c) Para maior detalhamento, vide nota explicativa nº 72 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa; e (d) Variação causada, principalmente pela provisão de multas no exercício 2023. Para maior detalhamento, vide nota explicativa nº 19.1 – Movimento dos riscos no exercício.

	2024		2023	
	2024	2023	2024	2023
<b>23.1 Outras receitas (despesas) operacionais</b>				
Outras receitas operacionais	-	-	6.466	-
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	-	-	490	-
Outras receitas operacionais	23.210	36.285	123.521	43.241
Reversão para perda de estoque (a)	146.731	43.241	-	-
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>146.731</b>	<b>43.241</b>	<b>146.731</b>	<b>43.241</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Perdas pela desativação de bens e direitos	(64.862)	(41.836)	(12.369)	(6.782)
Indenização por danos a terceiros	(108.875)	(101.716)	(9.377)	(50.208)
Provisão para perda de estoque (a)	(9.377)	(50.208)	(91.851)	(11.180)
Baixa de recebíveis incobráveis (b)	(287.334)	(211.722)	-	-
Outras despesas operacionais	(140.603)	(168.481)	-	-
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(490.642)</b>	<b>(372.962)</b>	<b>(153.240)</b>	<b>(168.068)</b>

(a) A distribuidora avalia periodicamente seus estoques/obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado trata-se em sua maioria de itens obsoletos, mochos e/ou danificados. Para os materiais que não havia expectativa de benefício econômico, a distribuidora realizou a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens; e (b) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos, do contas a receber.

	2024		2023	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	4.743	(1.213.616)	4.786	(1.139.579)
Contratos Eletro nuclear	292	(96.489)	287	(98.964)
Contratos cotas de garantias (b)	1.300	(306.198)	1.514	(256.138)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (c)	-	(176.568)	-	(192.447)
Energia bilateral	34	(12.788)	34	(13.337)
Energia de curto prazo - CCEE (d)	-	(11.641)	-	(122.077)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA Itaipu (e)	140	(87.960)	139	(90.816)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	278.270	-	264.716
Geração distribuída (f)	-	(44.641)	-	(29.921)
<b>Subtotal</b>	<b>7.984</b>	<b>(2.203.844)</b>	<b>8.245</b>	<b>(1.968.902)</b>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	(906.588)	-	(857.120)
<b>Total</b>	<b>7.984</b>	<b>(3.110.432)</b>	<b>8.245</b>	<b>(2.826.022)</b>

(a) A variação refere-se aos custos com contratos CCEAR e MCSD, decorrentes de preços de pagamentos maiores aos observados em 2023, devido a entrada de contratos novos e atualização dos preços dos contratos em suprimento, aumentando o preço médio de aquisição de energia em 11,4 % passando para R\$ 265,29; (b) As variações são decorrentes das despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física e os Efeitos Dessa Contratação na Liquidação CCEE, em 2024 as usinas que antes pertenciam ao grupo Eletrobras foram repactuadas, tendo seus preços de venda ajustados, aumentando assim a despesa com esses contratos em 19,5 %; (c) A redução nas despesas associada ao ESS no exercício de 2024 deve-se a queda no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável, ocasionando redução dos pagamentos associado a este encargo; (d) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 10.616, em virtude da redução da despesa com os efeitos da contratação por disponibilidade em relação ao mesmo exercício de 2023; (e) A variação refere-se aos custos com o contrato da Usina Itaipu e os efeitos dessa contratação na Liquidação CCEE no Mercado de Curto Prazo, que resultaram em aumento na despesa em 48,9 % em relação a 2023; e (f) Os valores referem-se ao impacto da contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia (kWh) gerada por consumidores de GD, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar, com impacto dos encargos de geração distribuída no resultado financeiro. (\*) Não auditado.

	2024		2023	
	2024	2023	2024	2023
<b>25. Resultado financeiro</b>				
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	107.126	126.425	113.884	46.641
Valores a receber/devolver parcela A	304.238	25.019	93.442	75.672
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	19.195	37.044	18.608	(18.914)
Acrescimo moratório de energia vendida (c)	5.020	4.617	42.642	127.885
Receita financeira de AVP	103.761			

→ continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

Assim, existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte de contribuição definida e uma parte de benefício definido. Especialmente na parte que toca ao benefício definido e à responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-D, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) quanto do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmam a ilegalidade desse procedimento. Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos nº 109, 132 e 147), a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício saldado (déficit) é suportada integralmente pela patrocinadora. A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal e inconstitucional, determinando através da Portaria PREVIC nº 213 de 23 de abril de 2014, a alteração do respectivo regulamento do plano, introduzindo nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/1998. Contrária à determinação da PREVIC, a Fundação Família Previdência ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57.2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Foi obtida medida liminar para suspender a Portaria PREVIC nº 213 de 23 de abril de 2014. No entanto, sobreveio sentença que, julgou que, em primeira instância, foi julgada improcedente a demanda e cassou a liminar anteriormente concedida. Contra essa sentença foi interposto recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo. O recurso de apelação foi improvido, mantendo-se a sentença e reconhecendo-se a validade da Portaria nº 213 de 23 de abril de 2014. Contra o acórdão foi oposto Embargos de Declaração pela Advocacia Geral da União e Recurso Especial pela Fundação Família Previdência, cujo exame da admissibilidade se dará posteriormente ao julgamento dos Embargos Declaratórios opostos pela União, ainda pendente de julgamento. Inicialmente foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Especial ingressado, mas essa decisão foi reconsiderada, estando a decisão/acórdão em plena produção de efeitos. Atualmente a Companhia está promovendo o cumprimento provisório de sentença deste processo, e a Fundação Família Previdência já foi intimada para promover o ajuste no regulamento. Por meio do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul também apontou ilegalidade e inconstitucionalidade nos dispositivos regulamentares da CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva, concluindo que esses vícios geraram reflexos significativos na situação patrimonial da Companhia. Considerando a natureza societária da CEEE-D e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a Fundação Família Previdência, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso na justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18 de dezembro de 2019, foi deferido pedido de antecipação de tutela, determinando que a Entidade enquadre os aportes exigidos da Empresa aos ditames do art. 202, § 3º da CF, e do art. 6º da Lei Complementar nº 108/2001. De outro lado, a Fundação Família Previdência interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), ao qual foi atribuído efeito suspensivo à luz da tutela recursal vigente no processo federal que suspendeu temporariamente a determinação da PREVIC contida na Portaria nº 213/2014. Em 14 de outubro de 2021 foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos "a fim de reconhecer a inobservância à paridade contributiva estabelecida pela Constituição Federal e regulada pela Lei Complementar nº 108/01, fazendo cessar, a contar da presente decisão, o pagamento das contribuições que superam tal limite, incluindo a recomposição de 3% (três por cento) referente aos benefícios de participantes ativos migrados em 2002". Todas as partes interuseram recursos de apelação contra a sentença que foram julgados improvidos em 28 de julho de 2022, tendo sido mantida integralmente a sentença. Da decisão do TJRS, a CEEEPREV recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, sendo que os recursos estão pendentes de julgamento. Em 17 de dezembro de 2023, o Superior Tribunal de Justiça – na Tutela Cautelar 303, agregou efeito suspensivo ao recurso da CEEEPREV que está pendente de julgamento no STJ, para impedir qualquer pagamento pela CEEEPREV do plano de benefícios CEEEPREV acima da paridade contributiva. Conceitualmente, a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%.

**(c) Plano Único.** O Plano Único é de benefícios previdenciários com modalidade de "Benefício Definido" existindo compromisso pós-emprego com os participantes ativos e com os assistidos. O plano encontra-se fechado para novas adesões desde 02 de setembro de 2002, sendo administrado pela Fundação Família Previdência e patrocinado pela CEEEPREV, dentre outras patrocinadoras. Com a privatização da Companhia a relação de patrocínio relativa ao Plano Único passou a ser regulada pelo que estabelece a Lei Complementar nº 109/2001. O Regulamento do Plano Único estabelece que as contribuições para custeio do referido Plano devem obedecer ao princípio da paridade contributiva entre patrocinador e participantes. Portanto, o reconhecimento do passivo pós-emprego está adequado ao modelo de reconhecimento de *Risk Sharing*, conforme orientações contidas no documento CPAO 013 – "Risk Sharing – Participação de empregados e assistidos no custeio de déficits de Plano de Aposentadoria de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e seus impactos no Balanço das empresas patrocinadoras, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e Normas Correlatas" divulgado pelo Instituto Brasileiro de Atuária. Assim, foi considerada a redução do Valor Presente das Obrigações Atuariais (VPOA) em decorrência do compartilhamento de riscos (*risk sharing*) com os participantes e assistidos do Plano Único existente por meio de planos de equacionamento de déficits, conforme legislação aplicada à previdência complementar fechada (CNPJ/Previc). Em 25 de março de 2021, a CEEEPREV formalizou junto à Fundação Família Previdência o seu pedido retirando o patrocínio do Plano Único. Conforme informação da Companhia, o processo de retirada encontra-se suspenso em decorrência de decisão liminar proferida no agravo de instrumento nº 5032285-40.2022.4.04.0000, em trâmite perante a Justiça Federal de Porto Alegre. **(d) Plano de saúde e odontológico. Plano de Saúde (Unipart).** A Companhia oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Unimed Porto Alegre. Este plano é oferecido para os empregados da CEEEPREV, bem como a seus dependentes. As contribuições são valores únicos *per capita*, no valor de R\$ 526,53 com vigência a partir de março/2024. A partir de março de 2023, as contribuições são estabelecidas por custo médio para todos os beneficiários e são integralmente custeadas pela CEEEPREV. Portanto, não há previsão de permanência no plano de saúde pós a concessão de aposentadoria para os participantes com data de adesão posterior a março/2023. Já para os participantes que aderiram ao plano antes de março de 2023, permanece o direito de continuidade no plano após a concessão de aposentadoria (com temporariedade definida com base no tempo de contribuição efetuada ao plano), desde que o custeio seja arcado integralmente pelo participante, de forma que a CEEEPREV não possua responsabilidade de pagamento para esses casos. A permanência destes ex-empregados no plano de saúde eleva o valor das contribuições pagas pela CEEEPREV para seus empregados (ativos), por serem calculadas como um custo médio, em que um aumento na sinistralidade decorrente dos aposentados acarretará também em um aumento das contribuições de todos os segurados, inclusive dos ativos. **Plano Odontológico (Odonto Master I).** A CEEEPREV oferece um plano odontológico, administrado pela Uniodonto Porto Alegre Cooperativa Odontológica LTDA, a seus empregados, bem como para seus dependentes. Esse plano possui mensalidade de R\$16,00, vigente a partir de agosto de 2023. A participação da CEEEPREV no Plano Odontológico é de 100% do valor das mensalidades dos empregados e seus dependentes. Portanto, não há possibilidade de permanência no plano em uma apólice de inativos. No entanto, há o compromisso de pós-emprego decorrente da responsabilidade da empresa com 4 ex-empregados titulares inativos e seus respectivos grupos familiares, para os quais a Companhia continua custeando integralmente as mensalidades do plano de saúde por consequência de afastamentos por invalidez. **26.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido.** A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentada no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2024 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado do exercício de 2024.

## Apuração do passivo (ativo) líquido em

	2024					2023					
	CEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	Total do Passivo	Total do CD	CEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	Total do Passivo	Total do CD	
<b>1. Déficit/(superávit) apurado</b>	1.690.417	1.030.019	36.057	2.756.493	22	22	26	1.950.608	1.185.936	17.460	3.154.030
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	(1.106.647)	(848.511)	-	(1.955.158)	(275)	(275)	(237)	(1.184.963)	(920.600)	-	(2.105.800)
Valor justo dos ativos do plano	583.770	181.508	36.057	801.335	(253)	(253)	(211)	765.645	265.336	17.460	1.048.230
<b>2. Efeito do teto do ativo e passivos adicionais</b>	-	-	-	-	243	243	211	-	-	-	211
Efeito do teto de ativo	-	-	-	-	243	243	211	-	-	-	211
Efeito do Teto do Ativo e Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Passivo/(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)</b>	583.770	181.508	36.057	801.335	(10)	(10)	-	765.645	265.336	17.460	1.048.441
Passivo/(ativo) líquido apurado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	-	-	-	80.914	-	10	-	-	-	-	82.304
Passivo circulante	-	-	-	720.421	-	-	-	-	-	-	966.137
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**26.3 Resultado da avaliação atuarial.** Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2024					2023				
	CD	CEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	Total	CD	CEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	Total
<b>Resultado do exercício</b>	2	388	(522)	269	137	3	44	(909)	-	(862)
Custo do serviço corrente líquido	2	182.986	108.776	1.662	293.426	3	206.507	129.422	-	335.932
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(22)	(110.440)	(84.188)	-	(194.650)	(14)	(133.153)	(104.824)	-	(237.991)
Rendimento esperado dos ativos do plano	20	-	-	-	20	11	-	-	-	11
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	2	72.934	24.066	1.931	98.933	3	73.398	23.689	-	97.090
<b>Total de despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício</b>	(10)	77.795	56.868	-	134.653	(98)	20.776	10.937	-	31.615
<b>Outros resultados abrangentes (ORA), no exercício</b>	(8)	(286.154)	(129.959)	17.400	(398.721)	(11)	88.320	35.603	17.460	141.372
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	11	-	-	-	11	112	-	-	-	112
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(7)	(208.359)	(73.091)	17.400	(264.057)	3	109.096	46.540	17.460	173.099
(Ganhos)/perdas no efeito do teto do ativo e nos passivos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>26.4 Ativos do plano.</b> Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada. Ativos do plano incluem:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	2024			2023		
	CD	CEEPREV	Plano único	CD	CEEPREV	Plano único
Títulos Públicos	146.435	1.460.199	826.365	124.898	2.029.298	1.199.041
Fundos de Investimentos	223.844	1.289.473	831.882	229.798	842.640	504.233
Outros	92.542	480.878	268.339	70.640	578.646	370.096
<b>Ativo total</b>	<b>462.821</b>	<b>3.230.550</b>	<b>1.926.586</b>	<b>425.336</b>	<b>3.450.584</b>	<b>2.073.370</b>

**26.5 Obrigação de benefício definido. (a) Premissas atuariais.** As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

	2024				2023			
	CD	CEEPREV	Plano único	Plano de saúde	CD	CEEPREV	Plano único	Plano de saúde
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	7,63%	7,41%	7,57%	7,17%	5,27%	5,65%	5,60%	5,57%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%

**(b) Análise de sensibilidade.** Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	2024				2023			
	CD	CEEPREV	Plano único	Plano de saúde	CD	CEEPREV	Plano único	Plano de saúde
<b>Premissas</b>	<b>Análise de sensibilidade</b>	<b>Impacto R\$</b>						
Aumento de 0,5%	-	(62.759)	(33.896)	(2.640)	(1)	(84.498)	(45.002)	(1.028)
Redução de 0,5%	1	67.415	36.156	2.979	1	91.669	48.398	1.136
Aumento de 01 ano	(1)	32.406	27.500	1.177	(1)	39.293	34.723	527
Redução de 01 ano	1	(33.319)	(27.763)	(1.172)	1	(40.077)	(34.651)	(525)
Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de 0,05%	-	-	332	-	-	628	-	-

Embora a análise considere a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

## 26.6 Fluxo de caixa

	2024				2023			
	CD	CEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	CD	CEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico
<b>1 Fluxo de caixa no exercício</b>	<b>5</b>	<b>46.450</b>	<b>34.801</b>	<b>734</b>	<b>6</b>	<b>51.025</b>	<b>26.416</b>	<b>-</b>
Contribuições do empregador	-	451	30.955	-	-	616	30.453	-
Contribuição do participante	-	157.862	165.206	734	-	153.515	159.165	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte</b>	<b>5</b>	<b>46.707</b>	<b>34.801</b>	<b>801</b>	<b>7</b>	<b>51.318</b>	<b>26.416</b>	<b>734</b>
Contribuições do empregador	-	751	34.633	-	-	966	33.739	-
Contribuição do participante	-	157.862	165.206	734	-	153.515	159.165	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8	178.714	185.490	801	7	171.582	177.146	734

**27. Instrumentos financeiros. 27.1 Considerações gerais:** A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 15.5 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 16.5 *Covenants* das debêntures. **27.2 Norma de utilização de derivativos:** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **27.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir: **(a) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificadas conforme a seguir:

Ativo	Níveis	2024		2023	
		instrumentos financeiros	Contábil Mercado	Contábil Mercado	Contábil Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-
- depósitos bancários	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	40.496	40.496	443.329	443.329
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	2	801.916	801.916	855.204	855.204
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	-	-	-
Ativo financeiro de concessão	3	782.759	782.759	609.396	609.396
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	-	<b>2.984.306</b>	<b>2.984.306</b>	<b>3.044.118</b>	<b>3.044.118</b>

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contra-		Amortização	Tipo	Juros	Indexadores		Valor Justo	
			tado (USD)	tado (BRL)				Total	Total		
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	13/08/2021	13/08/2024	47.938	250.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,19% a.a. / CDI + 1,45% a.a.	-	-	(36.091)
Itaú	23/12/2022	15/12/2029	-	250.000	Bullet	Juros	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	7.242	23.757	32.853
Citibank	30/06/2023	27/01/2027	120.000	583.800	Semestral	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	141.670	(36.426)	(9.067)
Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	48.000	233.760	Bullet	Câmbio	Annual	US\$ + 6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	55.257	(9.067)	-
XP	19/06/2024	15/05/2036	-	250.000	Annual	Juros	Semestral	IPCA + 6,5596% a.a. / CDI + 0,29% a.a.	(24.062)	-	-
BTG	04/10/2024	15/09/2036	-	420.000	Annual	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./CDI +0,24% a.a.	(35.451)	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>144.656</b>	<b>1.114</b>	<b>(57.827)</b>
											<b>(37.678)</b>
											<b>(20.149)</b>
											<b>(57.827)</b>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

← continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

**27.5 Gerenciamento dos riscos financeiros:** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023. **(a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 83.929 (R\$ 464.985 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vendidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

Classe consumidora	Consumidores Faturados		Consumidores não faturados		Parcelamentos	Total	%
	2024	2023	2024	2023			
Residencial	685.003	707.117	93.264	88.914	274.918	1.053.185	57%
Industrial	22.303	69.051	28.732	32.327	10.348	61.383	3%
Comercial	229.970	326.467	73.789	77.203	139.151	442.910	24%
Rural	48.809	48.745	18.831	14.373	31.810	99.450	5%
Poder público	13.978	27.789	14.620	14.599	72.412	101.010	5%
Iluminação pública	18.717	50.047	80	64	52.771	71.568	3%
Serviço público	4.045	10.230	7.360	10.632	116	11.521	2%
Concessionárias e permissionárias	-	-	3.895	1.661	-	3.895	1%
Total	1.022.825	1.239.446	240.571	239.773	581.526	1.844.922	100%

Classe consumidora	Consumidores Faturados		Consumidores não faturados		Parcelamentos	Total	%
	2023	2022	2023	2022			
Residencial	707.117	685.003	88.914	93.264	281.310	1.077.341	52%
Industrial	69.051	22.303	32.327	28.732	15.260	116.638	6%
Comercial	326.467	229.970	77.203	73.789	139.791	543.461	26%
Rural	48.745	48.809	14.373	18.831	32.610	95.728	5%
Poder público	27.789	13.978	14.599	14.620	67.297	109.685	5%
Iluminação pública	50.047	18.717	64	80	67.252	117.363	5%
Serviço público	10.230	4.045	10.632	7.360	69	20.931	1%
Concessionárias e permissionárias	-	-	1.661	3.895	-	1.661	0%
Total	1.239.446	1.022.825	239.773	240.571	603.589	2.082.808	100%

A Companhia registrou uma PECLD que representa sua melhor estimativa referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – PECLD e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.12.2.1 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto não faturados		% Taxa média ponderada da perda média do não faturado		Saldo PECLD	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
A Vencer	240.571	240.571	2,42%	2,42%	5.831	5.831
Vencido 1 a 30	2.856	2.856	7,59%	7,59%	217	217
Vencido 31 a 60	1.100	1.100	23,04%	23,04%	253	253
Vencido 61 a 90	12	12	41,59%	41,59%	5	5
Vencido 91 a 120	80	80	46,21%	46,21%	37	37
Vencido 121 a 150	146	146	48,71%	48,71%	71	71
Vencido 151 a 180	(45)	(45)	51,36%	51,36%	(23)	(23)
Vencido 181 a 210	77	77	51,36%	51,36%	40	40
Vencido 211 a 240	191	191	51,36%	51,36%	98	98
Vencido 241 a 270	288	288	51,36%	51,36%	148	148
Vencido 271 a 300	170	170	51,36%	51,36%	87	87
Vencido 301 a 330	205	205	51,36%	51,36%	105	105
Vencido 331 a 360	256	256	51,36%	51,36%	131	131
Vencido 361 a 390	300	300	51,36%	51,36%	154	154
Vencido 391 a 420	265	265	51,71%	51,71%	137	137
Vencido 421 a 450	349	349	52,56%	52,56%	183	183
Vencido 451 a 630	2.192	2.192	57,65%	57,65%	1.264	1.264
Vencido 631 a 720	2.458	2.458	74,79%	74,79%	1.838	1.838
Vencido 721 a 810	1.079	1.079	81,42%	81,42%	879	879
Vencido 811 a 990	1.589	1.589	83,43%	83,43%	1.326	1.326
Vencido 991 a 1080	726	726	89,42%	89,42%	649	649
Vencido 1081 a 1170	799	799	90,03%	90,03%	719	719
Vencido 1171 a 1350	1.467	1.467	90,03%	90,03%	1.321	1.321
Vencido 1351 a 1530	1.208	1.208	90,03%	90,03%	1.088	1.088
Vencido 1531 a 1710	608	608	90,03%	90,03%	547	547
Vencido 1711 a 1890	1.128	1.128	94,12%	94,12%	1.062	1.062
Vencido Maior 1890	-	-	100,00%	100,00%	-	-
Total	23.703	23.703	12,43%	12,43%	12.438	12.438

**(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão:** A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 2,1 (2,2 em 31 de dezembro de 2023). **(f) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Operação	Risco	Fluxo de caixa associado à variação cambial					
		Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Empréstimos bancários com garantia		1.644.329	1.746.477	5.094	18.716	20.018	1.342.863
Títulos de dívida emitidos com garantia		410.233	543.491	-	51.883	47.406	444.202
<b>Subtotal - Empréstimos e Financiamentos</b>		<b>2.054.562</b>	<b>2.289.968</b>	<b>5.094</b>	<b>239.599</b>	<b>67.424</b>	<b>1.787.065</b>
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)		3.647.100	5.677.307	82.610	596.416	622.986	2.811.513
<b>Subtotal - Debêntures</b>		<b>3.647.100</b>	<b>5.677.307</b>	<b>82.610</b>	<b>596.416</b>	<b>622.986</b>	<b>2.811.513</b>
Fornecedores		545.894	545.894	258.285	287.609	-	-
Fornecedores risco sacado		40.916	40.916	39.010	1.906	-	-
Passivo de Arrendamento		3.637	3.637	168	766	873	1.830
<b>Subtotal - Fornecedores</b>		<b>590.447</b>	<b>590.447</b>	<b>297.463</b>	<b>290.281</b>	<b>873</b>	<b>1.830</b>
<b>Total</b>		<b>6.292.109</b>	<b>8.557.722</b>	<b>385.167</b>	<b>1.126.296</b>	<b>691.283</b>	<b>4.600.408</b>

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedging accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição ao câmbio é de 18,4% (24,3% em 31 de dezembro de 2023), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 27.4 – Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial					
		Saldo em R\$	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos e financiamentos	US\$	(1.048.977)	(1.138.792)	(1.423.490)	(1.708.188)	(654.094)	(569.396)
<b>Impacto no resultado do exercício</b>				(284.698)	(569.396)	284.698	569.396
Swap - Ponta Ativa	US\$	1.056.646	1.147.118	1.433.898	1.720.678	860.339	573.559
<b>Impacto em outros resultados abrangentes</b>				2.082	4.163	(2.082)	(4.163)
<b>Impacto no resultado do exercício</b>				284.698	569.396	(284.698)	(569.396)
<b>Impacto líquido no resultado do exercício total</b>				-	-	-	-
<b>Referência para ativos e passivos financeiros</b>							
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)		6,72	6,19	8,40	10,08	5,04	3,36

**(e) Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado

Classe consumidora	Consumidores Faturados		Consumidores não faturados		Parcelamentos	Total	%
	2024	2023	2024	2023			
Residencial	36.791	37.776	31.802	26.218	15.919	148.506	
Industrial	825	1.147	1.457	553	1.408	5.390	
Comercial	9.715	13.434	18.811	19.424	10.217	71.601	
Rural	1.076	1.305	905	816	406	4.508	
Poder Público	342	6	50	1	1	400	
Iluminação Pública	353	-	84	-	-	437	
Total de parcelamentos	49.102	53.668	53.109	47.012	27.951	230.842	

Operação	Risco	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
		Saldo em R\$	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
<b>Ativos Financeiros</b>							
Aplicações financeiras	CDI	842.412	972.228	1.004.682	1.037.136	939.774	907.320
<b>Impacto no resultado do exercício</b>				32.454	64.908	(32.454)	(64.908)
<b>Passivos Financeiros</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(3.935.587)	(4.542.061)	(4.693.679)	(4.845.298)	(4.390.443)	(4.238.824)
	IPCA	(763.152)	(812.299)	(824.586)	(836.872)	(800.012)	(787.726)
		(4.698.739)	(5.354.360)	(5.518.265)	(5.682.170)	(5.190.455)	(5.026.550)
<b>Total de passivos financeiros</b>				(163.905)	(327.810)	163.905	327.810
<b>Impacto no resultado do exercício</b>				(1.066)	(2.131)	1.066	2.131
Swap - Ponta Passiva	CDI	(832.052)	(960.271)	(992.326)	(1.024.381)	(928.216)	(896.161)
<b>Impacto em outros resultados abrangentes</b>				(1.066)	(2.131)	1.066	2.131
<b>Impacto no resultado do exercício</b>				(32.055)	(64.110)	32.055	64.110
<b>Impacto líquido no resultado do exercício total</b>				(163.506)	(327.012)	163.506	327.012
<b>Referência para ativos e passivos financeiros</b>							
CDI (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
IPCA (%12 meses)		6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

**Fonte: B3/Santander**  
**(f) Risco de vencimento antecipado:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures. <

## COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Riberto José Barbanera** - Diretor Presidente  
**Tatiana Queiroga Vasques** - Diretora de Relações com Investidores  
**Cristiano de Lima Logrado** - Diretor  
**Nierbeth Costa Brito** - Diretor  
**José Silva Sobral Neto** - Diretor  
**Marcos Antônio Souza de Almeida** - Diretor  
**André Luiz Barata Pessoa** - Diretor  
**Agnelo Coelho Neto** - Diretor  
**Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira** - Diretor

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Augusto Miranda da Paz Júnior** - Presidente  
**Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima**  
 Vice-Presidente  
**David Abdalla Pires Leal**  
**Marcos Antônio Souza de Almeida**  
**João Alberto da Silva Neto**

## CONSELHO FISCAL

**TITULARES**  
**Saulo de Tarso Alves de Lara**  
**Paulo Roberto Franceschi**  
**Vanderlei Dominguez da Rosa**  
**Maria Salete Garcia Pinheiro**  
**Thiago Wolf Pereira**  
**SUPLENTE**  
**Moacir Gibur**  
**Claudia Luciana Ceccatto de Trota**  
**Ricardo Bertucci**  
**Dorgival Soares da Silva**  
**Rafael de Souza Morsch**

## COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

**Tiago de Almeida Noel** - Coordenador  
**João Alberto da Silva Neto**  
**Jorge Roberto Manoel**

**Bruno Pinheiro Macedo Couto**  
 Superintendente de Ativos e Contabilidade  
 Contador CRC MA 011842-O-3 S-RS

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 21 e 26 de março de 2025, por videoconferência, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê"), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda.,

sem ressalvas, de 26 de março de 2025, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia.

Porto Alegre/RS, 21 e 26 de março de 2025.

Paulo Roberto Franceschi; Saulo Tarso Alves de Lara; Vanderlei Dominguez da Rosa; Maria Salete Garcia Pinheiro; Thiago Wolf Pereira.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D**, Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Controles gerais de tecnologia de informação:** A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e amplitude a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada:** As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns

casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 240.571 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa no 7 às demonstrações contábeis. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Teste de recuperabilidade de ativo intangível:** Anualmente a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos de ativo intangível, conforme divulgados na nota explicativa no 12 às demonstrações contábeis. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Fortaleza, 26 de março de 2025.

**ERNST & YOUNG**  
 Auditores Independentes S/S Ltda.  
 CRC CE-001042/F  
 Carlos Santos Mota Filho  
 Contador CRC PE020728/O

## Jornal do Comércio

## PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Escaneie o  
 QRCode  
 abaixo e entre  
 em contato:

